

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 19 de junho de 2023 - Ata n.º 54.

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Cobra Repórter** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **54.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à nossa Deputada Maria Victoria, 2.^ª Secretária da Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 53.^a Sessão Ordinária, de 14 de junho de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário, Deputado Cobra Repórter, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Cobra Repórter – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.^º **121/2023** da Prefeitura Municipal de Curitiba, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; Ofício n.^º **497/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 468/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.507; Ofício n.^º **498/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 196/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.508; Ofício n.^º **499/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 67/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.509; Ofício n.^º **500/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 246/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.510; Ofício n.^º **501/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 545/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.511; Ofício n.^º **502/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 507/2021, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.512; Ofício n.^º **503/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 279/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.514; Ofício n.^º **504/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 290/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.513; Ofício n.^º **505/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 139/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.518; Ofício n.^º **506/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 374/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.516; Ofício n.^º **507/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 373/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.517; Ofício n.^º **508/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 340/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.515; Ofício n.^º **1407/2023** da Casa Civil,

encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Batatinha; Ofício n.º **1408/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Douglas Fabrício; Ofício n.º **1409/2023 e 1513/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Educação a Requerimentos do Deputado Do Carmo; Ofício n.º **1410/2023 e 1511/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimentos do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º **1411/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento da Deputada Flávia Francischini; Ofício n.º **1415/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Gugu Bueno; Ofício n.º **1419/2023, 1422/2023 e 1510/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Polícia Militar do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimentos do Deputado Delegado Tito Barichello; Ofício n.º **1423/2023 e 1421/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Companhia Paranaense de Energia a Requerimentos do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º **1563/2023 e 1420/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Esporte a Requerimentos do Deputado Goura.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por proposição desta Presidência, o Grande Expediente da tarde de hoje será destinado para homenagearmos os 89 anos do Crea-PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, com a presença do Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, que é Presidente da entidade e que compõe a Mesa neste momento. Também presente na Mesa o Secretário de Estado Márcio Nunes, Secretário de Estado de Turismo; da mesma forma, compõe a Mesa o Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, Engenheiro Civil Joel Krüger; nossa 2.ª Secretária, Deputada Maria Victoria; e Deputado Fabio, que também é Presidente da Frente Parlamentar das Engenharias, Agronomia e Geociências. Cumprimento os

coordenadores do Crea-PR que se fazem presentes. Também registro a presença da Vice-Presidente do Crea, Engenheira Agrônoma Sandra Regina Cabel; do Diretor Administrativo do Crea, Engenheiro Agrônomo Clodomir Luiz Ascari; do Coordenador Adjunto do Colégio de Entidades de Classe, Engenheiro Agrônomo Silvério Cândido da Silva; da Coordenadora do Colégio de Inspetores, Engenheira Agrônoma Jacqueline Mara Teixeira; da Coordenadoria do Comitê Mulher, Engenheira Agrônoma Adriana Baumel; do Colégio de Instituição de Ensino, Engenheiro Civil Dante Alves Medeiros Filho; do Coordenador da Comissão de Coordenadores das Câmaras Especializadas do Crea, Engenheiro Agrônomo Orley Jayr Lopes; do Diretor-Geral Mutua Paraná, Engenheiro Civil Júlio Cesar Vercesi Russi; do Ex-Presidente do Crea e Diretor da Cohapar hoje, Engenheiro Álvaro Cabrini Junior; do Diretor Técnico da Copel/Foz do Chopim Energética e Presidente do Conselho de Administração da Elejor, Engenheiro Sérgio Cequinel; do Conselheiro do Crea, Engenheiro Eletricista Gilberto Dias de Melo; e do Conselheiro do Crea, Engenheiro Valdemir Antunes. Também faço questão de registrar a visita de alunos do 8.º e 9.º anos do ensino fundamental e 1.º ano do ensino médio do Colégio Estadual Francisco Lechinoski, de Quitandinha, acompanhados da Diretora, Sr.ª Adriane Iargas, da Pedagoga Daniele Oliveira, do Professor Jonathan Lee Mehl e da inspetora Sr.ª Jucilene Moura, por solicitação também do Deputado Tiago Bührer. (Aplausos.) Esta Presidência tem a grata satisfação de acolher nesta tarde toda a equipe do Crea-PR, seus coordenadores, também a representatividade maior do Crea, do Conselho Federal, que se fazem presentes nesta Sessão, para que venhamos aqui, em nome de todos os Deputados e Deputadas Estaduais, prestar a homenagem aos 89 anos do Crea-PR. De uma forma com certeza muito merecedora, o Crea do Paraná tem participação efetiva no contexto da economia do nosso Estado, participando dos grandes projetos no Governo e outras entidades representativas, no curso do tempo e da história dos seus 89 anos de existência, dado uma contribuição fundamental para que o Estado do Paraná possa cada vez mais se consolidar no contexto de uma grande economia. E ela só é realmente uma economia sólida e sustentável fruto dos bons projetos alicerçados pela história do Crea do Paraná.

Por isso, em nome da Mesa Executiva, queremos aqui dar as boas-vindas a todos aqueles que, ao longo desses 89 anos, construíram a história do Crea. Aqueles que já se foram com certeza deixaram suas marcas profundas no contexto dessa instituição, através de relevantes serviços prestados ao Crea do Estado. Os sucessores de outras Presidências e quem está no comando hoje continuam fazendo com que essa instituição ocupe o seu lugar de destaque no contexto econômico do nosso Estado do Paraná. O Paraná que é hoje a quarta economia do País, o estado premiado pela sua sustentabilidade, tenho certeza de que, para esse destaque, para esse lugar que ostenta na sustentabilidade, o Crea tem uma função primordial na defesa intransigente de grandes projetos no trabalho da sua sustentabilidade. Não é apenas elaborar projetos, fazer grandes obras, mas é ter a visão de que é possível convivermos hoje com grandes projetos, sempre olhando com olhar clínico na preservação do meio ambiente, buscando aquilo que é de interesse de todos nós e do Governo principalmente, que é a sustentabilidade do nosso Estado. Portanto, não há como dissociar o trabalho do Crea nessas conquistas que o Estado vem tendo em relação à sustentabilidade. Então, queremos aqui prestar a nossa homenagem e dizer da alegria de tê-los aqui nesta tarde. A homenagem é justa e merecedora.

Antes de anunciarmos aqui a fala das pessoas que irão se manifestar, em nome do Poder Legislativo, gostaria de solicitar a todos um minuto de silêncio em função da tragédia que aconteceu no dia de hoje, na cidade de Cambé.

(Respeitou-se um minuto de silêncio.)

Muito obrigado a todos e que Deus realmente dê alento às famílias da menina que foi vítima desse atentado e do outro menino, neste momento de profunda dor de toda comunidade estudantil, educacional do nosso Estado do Paraná.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, que é Presidente do Crea do Paraná. Poderá usar a tribuna, inclusive, se entender necessário.

SR. RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA: Boa tarde. Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Ademar Traiano, e agradecer por mais uma vez, Deputado, o senhor estar nos recebendo aqui, como fez no ano passado, abrindo esta Casa aqui para o Crea-PR. Quero cumprimentar o Coordenador da nossa Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Fabio Oliveira, e em seu nome, Deputado, agradecer o apoio e cumprimentar a todos os demais Deputados aqui presentes. Quero, em nome do Diretor Legislativo, Dylliardi, nosso parceiro, amigo, agradecer o apoio desta Casa, dos funcionários. Obrigado, Dylliardi, por tudo o que você tem feito também na parceria com o Crea-PR. Quero cumprimentar o nosso Secretário de Turismo, também Deputado, que está no momento como Secretário de Turismo, Marcio Nunes. E o Marcio, além de ter feito todo um relacionamento intenso na Sedest, continua na Setur, mas foi a pessoa que, no ano passado, foi o primeiro coordenador e que nos ajudou, assim como o Fabio, na manutenção desta Frente Parlamentar. Quero cumprimentar o nosso Presidente aqui do Conselho Federal, amigo, paranaense, hoje deixando o DNA do Crea-PR no nosso Conselho Federal. Obrigado, Joel, por estar aqui. E nesta semana que é muito cheia para nós também, não é? Teremos uma Frente Parlamentar Mista das nossas profissões. No dia 21 de junho próximo, estaremos juntos com o Presidente Joel fazendo a comemoração desta Frente Parlamentar que também, em nível nacional, estará realizando o mesmo tipo de ação que fazemos aqui na Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar aqui as nossas autoridades presentes, Ex-Presidentes de Crea, nossos diretores, nossos coordenadores de comissão, toda nossa governança, a nossa Presidente do Crea-DF aqui, companheira Fátima Có. Obrigado pela presença, Fátima. Em nome de todos, cumprimentar toda esta bela galeria ali, onde a parte de cima, Deputado Traiano, é toda ocupada por nossos profissionais, nossa governança. Muito obrigado pela presença de todos vocês. Meus caros, há um ano, meu querido Deputado Marcio, estávamos nesta Casa inaugurando a Frente Parlamentar. Naquele momento fizemos uma pergunta que se talvez estivéssemos no tempo de Roma seria

aquela de *Quo Vadis*: O que a nossa Frente vai fazer? E, claro, acompanharia projetos na área de engenharia, de agronomia, geociências, meu caro Marcio Pacheco, meu Deputado de Cascavel, assim como o Gugu, o Batatinha aqui presente. Nós nos perguntamos: O que faríamos? Sempre estamos à disposição e já está meio conhecido, entregamos para os nossos Deputados, o Crea-PR sempre está à disposição, Marcio, de literalmente dar uma mão para os nossos gestores, que já está conhecida a nossa famosa mão, onde entregamos para os Secretários, para os Deputados o nosso portal para a Frente Parlamentar, e com informações dos nossos Projetos de Lei. Mas, além de acompanhar os Projetos, trazer cadernos técnicos, materiais que já existiam, fizemos uma provocação muito maior: *E se discutíssemos Projetos de Leis que entendíamos que seriam necessários para o desenvolvimento sustentável, para a infraestrutura do Paraná, e levássemos para Assembleia? Será que somos ousados em pensar nisso?* Fizemos uma ampla discussão com toda essa nossa governança que se faz aqui presente, pelos nossos colegiados. O Marcio acompanhou, o Fabio nos acompanhou, e estivemos em Apucarana recentemente, em maio, fazendo um fechamento, discutindo estes Projetos de Leis. Então, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, estamos entregando aqui um caderno. Vejam que este caderno tem um conteúdo muito extenso e é nossa contribuição dos nossos profissionais com 25 Projetos de Lei que queremos discutir para o desenvolvimento sustentável do Paraná. (Aplausos.) Nesse evento que foi realizado em Apucarana tivemos grande parte dessas lideranças, cerca de 150, Deputado Traiano, que representam cerca de 100 mil profissionais e 25 mil empresas que também fazem parte do nosso conselho. Lembro que o Deputado Fabio, naquela oportunidade, frisou o seguinte: Presidente Ricardo, todos os profissionais aqui presentes, esta é uma via de mão dupla, vamos precisar de vocês e vocês vão precisar de nós para aprovar estes projetos para o desenvolvimento de ações que trarão mais qualidade de vida e segurança para os paranaenses. E é exatamente este o resumo que trazemos aqui hoje, o objetivo das ações que estão sendo oficializadas nesta data e, depois, vamos entregar para o Presidente Traiano e para o Fabio como um conjunto de contribuições das nossas profissões. Este intenso trabalho do programa da

Governança Cooperativa do Crea que percorre anualmente - e gosto disso, de estar em todo o Estado, em todas as regiões - para ouvir os nossos profissionais que estão em nossas bases, por meio dos nossos vários colegiados e comitês aqui representados, como as instituições de ensino, entidades de classe, os nossos inspetores, comitê mulheres e comitês empresariais. Esta proposta de trabalho conjunto tem trazido resultados fantásticos e que contribuem para uma visão de nossos profissionais, das engenharias, agronomia e geociências com ações que podemos citar, entre elas, Marcio, poderíamos lembrar aqui que o Crea, nos últimos tempos, com outras entidades que estão presentes aqui, discutiu a questão, por exemplo, da Nova Orla, que tivemos contribuir, Marcio, com o teu esforço para que isso acontecesse; discutimos as concessões das rodovias paranaenses, o novo pedágio; a nova Ferroeste, está aqui o André Luiz, pessoa que é da Casa e que sempre nos acompanha nesta discussão; agricultura sustentável; 5G; fontes de energia renovável; o Pelt - Programa Estadual de Logística de Transporte; rodamos todas as regiões, conversamos com as nossas lideranças e trouxemos contribuições. É esse espírito de construção conjunta que estamos aqui hoje apresentando com esta contribuição destes 25 temas para o desenvolvimento de Projetos de Lei para o Paraná. O trabalho para chegarmos até aqui contou com a participação de muitas pessoas, e quero frisar e agradecer a todos vocês: Não chegaríamos a isto aqui se não tivéssemos a presença e a mão de cada um de vocês que estão aqui hoje e dos profissionais que vocês representam. Isto me deixa muito emocionado. Mas quero em especial, Deputado Traiano, agradecer ao apoio desta Casa. Aos Deputados, quero colocar à disposição toda esta nossa governança. A vocês que têm nas suas mãos, delegado pela nossa comunidade, pela sociedade paranaense, o nobre e relevante direito de legislar, queremos entregar o nosso apoio. Quero colocar estas nossas representações às suas disposições para que juntos possamos cada vez mais inovar e trazer coisas boas para o Paraná. Termino com uma breve reflexão que tinha falado lá em Apucarana: Sonho que se sonha só é apenas um sonho; sonho que se sonha junto é realidade. Estamos aqui hoje realizando um grande sonho de trazer esta contribuição tão efetiva das nossas profissões para o

Paraná. Parabéns a todos aqui presentes por fazerem parte desta história. Viva o nosso Paraná! Viva a nossa Assembleia Legislativa! Viva os 89 anos do Crea-PR! Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Fabio, Presidente da Frente Parlamentar das Engenharias, Agronomia e Geociências.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde à Mesa que dirige esta histórica reunião que acontece aqui na nossa Assembleia Legislativa. Boa tarde aos colegas Deputados Estaduais. Boa tarde aos profissionais que fazem a nossa Assembleia funcionar aqui o dia todo, que muitas vezes ficam por trás das cortinas, e também aos profissionais da imprensa. E quando digo boa tarde aos colegas, digo de duas mãos, de duas formas: primeiro aos colegas Deputados Estaduais, e aos colegas que estão sentados lá em cima, que, assim como eu, também são engenheiros. E quero aqui já deixar primeiramente os meus parabéns por este excelente trabalho que cada um de vocês gastou energia, investiu tempo para que acontecesse. Já recebi das mãos do Euclésio, da diretoria do Crea já na semana passada este material. Ricardo, você como representante do Crea-PR, meus parabéns por isto aqui. Muitas vezes, apesar de ser engenheiro civil, viemos para o Parlamento e precisamos de ajuda nos Projetos de Lei, pelas diferenças e pelas coisas boas que queremos fazer para o Paraná. E quando você vê um trabalho deste, como você mesmo disse, feito por mais de 150 profissionais totalmente capacitados, totalmente comprometidos com o bem comum, não é de se espantar ao ver que o conteúdo que está aqui é de extrema qualidade – um Projeto de Lei, uma proposta melhor do que a outra. Como falei para você na semana passada e para o Euclésio também, obviamente que precisamos começar pelo começo; e pegar os 25 Projetos obviamente que não vamos conseguir, então precisamos pensar em um, dois, três quem sabe, só que está difícil, viu, Ricardo! Está difícil, porque todos os Projetos são muito bons. O Crea está completando 89 anos de história, desde 1934 fazendo a diferença na história do Paraná. E não são simplesmente palavras

jogadas ao vento! Se não fosse o Crea, se não fosse o profissionalismo, se não fosse a ética, se não fossem os princípios morais de cada profissional que desde 1934 até agora, 2023, que faz parte do Crea, o Paraná não seria o mesmo, isso posso afirmar para qualquer um que esteja nos ouvindo nesta tarde. O engenheiro é aquele que, fazendo uma anedota com a nossa profissão, é aquele que deixa as coisas em pé, mas não simplesmente deixando, mas com segurança, pensando nas vidas que vão usufruir daquele prédio, daquele barracão, daquela casa, daquela estrada, daquela ponte, daquela barragem, de qualquer coisa que o engenheiro coloque a mão, quer seja civil ou quer seja agronômico, nas fazendas que ele cuida, nas plantações que ele ajuda a gerir, assim como o Deputado Marcio Nunes o é, se não é o engenheiro, as coisas não são feitas da maneira adequada. Então, parabéns ao Crea, parabéns pela história, mas principalmente parabéns pelo legado que o Crea-PR deixou, tem deixado e com certeza irá deixar na história do Paraná. E, como você mesmo lembrou, Ricardo, quando tivemos a oportunidade de nos encontrarmos lá em Apucarana, comentei que o caminho é um caminho de duas mãos mesmo, é um caminho que nós como legisladores precisamos fazer os melhores Projetos de Lei para que possamos, através desses Projetos de Lei, fazer a diferença no cotidiano do paranaense. E o meu compromisso é fazer a diferença pelo o que quero fazer aqui, ou seja, política baseada em evidências. E é isso o que engenheiro faz e é isso que vocês fizeram através destas propostas que vocês entregaram aqui nas nossas mãos. O Governador Ratinho tem falado que o projeto para o nosso Estado é que o nosso Estado seja um *hub* logístico, pela localização geográfica em que o Estado do Paraná se encontra. Só que para que isso aconteça na sua eficácia, com eficiência também, precisamos pensar nas nossas estradas, precisamos pensar nas nossas ferrovias, que está aqui o Presidente da Ferroeste, meu amigo André Gonçalves, e precisamos também pensar nas hidrovias e no Porto. E tudo isso o Governo do Paraná tem trabalho, tem *dado corda*, tem investido dinheiro para que isso aconteça a contento. Só que o legislador não consegue fazer sozinho sem o técnico e a via de mão dupla que citei lá, Ricardo, que você muito bem lembrou, é nesse ponto em que o legislador precisa fazer leis baseado em técnicas. Como

Deputado Federal e como engenheiro, mais uma vez me disponibilizo ao Crea, também como Presidente da Frente de Engenharia, Agronomia e Geociência, a fiscalizar obras de pedágio, a ajudar o André na elaboração de projetos da ferrovia, a ajudar o Presidente do porto. E junto com o Crea possamos transformar e ajudar o Paraná a ser um estado mais justo, mais próspero e melhor para cada paranaense viver. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao sempre Deputado Estadual e hoje Secretário do Turismo, Marcio Nunes.

SECRETÁRIO MARCIO NUNES: Deputado Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Joel Krüger, Presidente do Confea; Ricardo Rocha, Presidente do Crea; meus amigos Deputados; Senhoras e Senhores; engenheiros; e companheiros do Crea. É com muita satisfação que venho a esta tribuna, nesta egrégia Casa de Leis, para aqui hoje comemorar, porque tudo aquilo que tem um início, que você faz alguma coisa diferente, tem que ser comemorado. Este é um momento, porque estamos comemorando aqui praticamente um ano da criação da Frente Parlamentar das Agronomias, Geociências, para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Então, é uma satisfação enorme estar aqui. O nome é grande, não é, Ricardo? É Frente Parlamentar das Engenharias, da Agronomia, das Geociências e do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná. Mas, é uma alegria porque me lembro como se fosse hoje o dia em que o Euclésio, o Ascari, o Ricardo me procuraram com a intenção de criar essa Frente Parlamentar. Lembro-me bem daquele dia e daquela conversa, que foi bem retratada pelo Ricardo, mas que quero dar aqui um retoque no retrato. Naquele dia, deixei muito claro que a matéria-prima para o nosso trabalho - não só para o meu, Deputado Marcio Nunes, mas para o nosso trabalho como Deputados - seria o trabalho realizado pelos companheiros do Crea. Hoje fico muito satisfeito, porque já estive na semana passada recebendo e hoje o Ricardo faz a entrega formal, aqui, das 25 proposições de Projetos de Lei que vêm e chegam neste momento nesta Casa

para discussão. Sempre digo que quem faz a diferença são as pessoas. Para as coisas poderem acontecer, tem que ter parcerias; mas, para fazer a coisa acontecer de verdade, sair do papel e acontecer para melhorar a vida das pessoas, depende de muita persistência, e é isso que vamos ter agora, daqui para frente. Da parte do Crea, que o trabalho continua, da parte dos Deputados, da parte do Deputado Fabio, que na minha ausência, como Secretário, cumpre um papel importantíssimo como Coordenador dessa Frente Parlamentar que tem mais de 20 Deputados, que, depois da entrada do Fabio, tem mais de 20 Deputados que o Fabio procurou, que assinaram e que subscrevem essa Frente Parlamentar. Então, Fabio, parabéns pela dedicação de ter procurado os demais Deputados, que são muito importantes para que possamos aprovar estes Projetos de Lei. Você também vai ter a responsabilidade de apresentar a maior parte destes Projetos de Lei, por você ter acompanhado a reunião dos companheiros lá em Apucarana, que este é um momento muito legal realmente, que estamos fazendo uma grande história aqui. Mas o Crea-PR, o Ricardo citou bem, teve uma importância muito grande neste Governo Ratinho Júnior, seja na obra mais emblemática do Estado do Paraná dos últimos tempos, que foi uma obra amplamente discutida, que é o alargamento da praia de Matinhos, macro e microdrenagem. Uma obra que marca o início de uma nova era, mostrando que era muito possível fazer o crescimento, o desenvolvimento, a geração de emprego, a melhoria na vida das pessoas, cuidando do meio ambiente e recuperando o meio ambiente, porque esta obra é uma obra que defende o meio ambiente e não prejudica, o impacto é positivo. É uma obra que está impedindo a erosão marinha, que é um grande problema não só no Brasil, um problema no mundo. Todo problema da macro e microdrenagem, porque estamos falando de saneamento básico, que a cada chuva, a cada vez que a natureza se manifestava de forma expressiva, as chuvas inundavam o nosso litoral. Aí, o esgoto clandestino aflorava, prejudicando a nossa balneabilidade e a qualidade das nossas águas, comprometendo a saúde das pessoas. Então, o Crea-PR teve uma participação fundamental, como teve na ponte de Guaratuba, que já tem empresa ganhadora para o projeto e para a obra, como teve realmente na discussão dos

pedágios, como teve em muitas coisas importantes aqui no Estado do Paraná. Então, o Crea teve realmente uma participação muito grande, mas, mais do que isso, na minha visão, o Crea teve uma participação fundamental e decisiva na construção na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, fundamental e decisiva na construção do Instituto Água e Terra. O Instituto Água e Terra hoje é o instituto ambiental mais respeitado do Brasil, hoje ele tem praticamente o dobro de funcionários que tinha àquela época, Ricardo. E a participação do Crea foi tão importante, tão importante e tão decisiva na construção desse conceito que construir um conceito... Construir uma ponte é importante, construir a engorda da praia de Matinhos é importante, construir estradas é importante, mas construir um conceito, isso é muito mais importante. E o Crea ajudou e foi decisivo na construção desse conceito que fez com que o Paraná tenha sido o Estado que mais cresceu, mais se desenvolveu, mais gerou empregos com carteira assinada no Brasil. Recebeu mais de 180 bilhões de novos empreendimentos da iniciativa privada. É bicampeão em sustentabilidade. Segundo a ONU, a OCDE, o Paraná é o estado que mais cuida do meio ambiente. Segundo o Índice de Competitividade dentre os estados, o Paraná é o número um por duas vezes consecutivas. Então, teve uma presença muito grande do Crea, que ajudou a construir esse conceito de sustentabilidade, cuidando com o meio ambiente, mostrando que a Engenharia surge justamente para resolver os problemas ocasionados pela natureza, causando os menores impactos possíveis, não o contrário, que uma obra de engenharia vem aqui para prejudicar o meio ambiente. Não, é o contrário, a Engenharia existe realmente para trazer soluções. Então, é por isso que estou muito feliz aqui hoje ao comemorar os 89 anos do Crea-PR, parabenizando cada um de vocês. Sinto-me muito feliz porque tenho hoje já 36 anos de profissão, mas desde muito jovem acompanhei com o Erickson Chandoha e vários outros companheiros nas reuniões do Crea, desde muito jovem, desde a minha formação. Jamais poderia imaginar que seria eu o Deputado a representar o Crea-PR e os nossos engenheiros. Então, é com muita emoção, com muita gratidão no coração e com muito senso de responsabilidade de continuar ajudando que venho aqui neste momento. Também fazer um agradecimento muito especial. Estou no

meu terceiro mandato, 40 mil votos na primeira, 60 na segunda, 126 mil e seis votos na terceira. Votos em 389 municípios, só 10 que não, mas uma boa parte desses votos devo a cada um dos senhores e das senhoras que estiveram aí, ajudaram-me não só na minha campanha, mas pelo trabalho que me ajudaram a desenvolver. Muito obrigado. Felicidades! Fiquem com Deus. Obrigado, Ricardo. Obrigado, Joel, pela oportunidade. Fiquem com Deus. Muito obrigado. Tchau. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento, vamos fazer a entrega de uma Menção Honrosa ao Crea-PR pelos 89 anos de existência. Vamos fazer os registros fotográficos. E neste momento vou receber aqui das mãos do Presidente do Crea as 25 sugestões de Projetos para serem trabalhados aqui no Poder Legislativo Estadual. **Está suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Está reaberta a Sessão.** Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores desta Casa e população paranaense que nos assiste. Hoje o motivo que me traz a esta tribuna é um motivo muito triste, o atentado criminoso que sofreram as crianças do Colégio Helena Kolody, em Cambé, do qual uma adolescente de apenas 16 anos foi vítima fatal e uma outra criança de apenas 10 anos se encontra em estado grave. Faleceu? E essa criança, segundo informações, veio a óbito. No ano de 2022 e 2023 o número de atentados em escolas superou os últimos 20 anos no Brasil. Em apenas dois anos, tivemos mais atentados em escolas do que nas últimas duas décadas. Isso é produto de uma política irresponsável, criminosa de armamento da população. Infelizmente, virão aqui representantes da indústria das armas, ou seja, da indústria da morte e afirmarão a necessidade de colocar ainda mais armas na sociedade, agora na porta das escolas, para que os professores estejam armados, os coordenadores, os orientadores, os diretores, para que haja polícia na porta da escola. Essa será

a demanda daqueles que desvalorizam a vida humana. Entre o ano de 2018 e 2022, aumentou o número de armas em 478%. O Governo Bolsonaro colocou em circulação mais de 1 milhão de armas. De 2018 a 2023, o Brasil subiu de 1,3 milhões de armas para quase 3 milhões de armas. Obviamente, isso gera uma consequência. E qual consequência? O conflito social. Paulatinamente, o número de homicídios do Brasil tem decrescido, tem diminuído; embora tenha diminuído o número de homicídios, o número de homicídios por armas de fogo aumentou em 24% no ano passado. Olhe que interessante este dado, Delegado Tito Barrichello, olhe que interessante esse dado - ao mesmo tempo em que a violência letal no nosso País tem diminuído paulatinamente nos últimos anos, o senhor deve saber disso, a violência por arma de fogo no ano passado aumentou no Brasil em 24%. O que isso quer dizer? Que aqueles que matavam com faca, instrumento pérfur-contundente, cortantes etc, conseguiram ser controlados pelas forças policiais e pela própria sociedade, mas a inundação de armas de fogo na sociedade fez com que o homicídio em decorrência de disparo de arma de fogo continuasse aumentando, o que demonstra que armas na sociedade não trazem paz, pelo contrário, trazem guerra. O Governo Bolsonaro propagou a doença, as armas, para depois enriquecer com o remédio, a segurança pública, mais armas, mais polícia. Quem lucra com isso? Nós é que não somos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Renato Freitas, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): A religião, infelizmente, tem um papel central nisso, porque as nossas igrejas foram sequestradas pelos hipócritas religiosos que elevaram as armas à condição de objeto sagrado, a ponto de fieis, dentro da igreja, fazerem símbolos de armas, como se isso agradasse de algum modo a Deus, como se a política da guerra fosse a política do amar ao próximo, como se a política da vingança e do bandido morto fosse a política do perdão. Inverteram a verdade construindo um império da mentira, e a mentira gera morte, e a morte infelizmente combina com as armas. Contra essa política, a verdade e, mais do que nunca, o desarmamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercilio, boa tarde ao senhor. Cumprimentando o senhor, cumprimento todos os Deputados e Deputadas. O assunto que me traz aqui é a Copel, a nossa Companhia de Energia, que foi tema de audiência em Brasília na semana passada, mais especificamente na quarta-feira, junto ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad e o Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Márcio Macêdo, onde foram tratados vários aspectos. Primeiro, os aspectos legais da lei que foi aprovada aqui nesta Casa. Venho colocando há tempo que a lei aprovada aqui nesta Casa é uma lei inconstitucional, porque a lei fere a Lei Federal n.º 6404/76, que trata da Lei das S.A., ou seja, a lei aqui aprovada reduz o capital de participação votante das empresas. Além disso, a lei aprovada aqui e a forma como ela está sendo conduzida afronta a Lei n.º 9491/97, que regulamenta o processo de desestatização. Ritos não cumpridos, como por exemplo a falta de anuênciada Aneel. A autorização da Aneel para a alienação das ações está contida no contrato de 1997 e 1998 entre a Copel e a Aneel sobre geração e distribuição de energia. Era para estar contida, inclusive, como cláusula estatutária e ter uma autorização formal da Aneel. Não tem. Na verdade, essa lei é uma cópia da lei da Eletrobras, que agora se encontra em discussão judicial, com uma Adi impetrada questionando a lisura jurídica desse processo. Mas, tenho falado aqui das aberrações, atrocidades cometidas neste processo. Primeiro, o abuso do acionista controlador. Isso mesmo! O Governo do Paraná, que detém 31% das ações, fez que a Copel contratasse R\$ 28 milhões em serviços para o processo de privatização. Dentre esses serviços está o contrato de R\$ 4,1 milhões de um escritório de advocacia pertencente, que tem como sócio o filho da Conselheira de Administração, que presidia o Conselho de Minoria no passado aqui da Copel. Ainda, além de configuração de advocacia administrativa, há compra de ações na monta de R\$ 900 mil do Diretor Financeiro da Copel, comprovados, enviados ao Formulário F-20 da Bolsa, ou seja, aquele que detém informações privilegiadas principais no processo tem lá compra de ações. Pode até ser legal, mas é imoral.

Ainda há uma suspeita muito grande de subavaliação do patrimônio da Copel pelos dados colocados e, agora, uma suposta falta de informação fidedigna nos balanços da empresa sobre uma dívida que eu vinha aqui colocando. Sobre essa dívida, quero falar. No dia 17/1 /2017, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma nota com o título: *Copel é acusada de não cumprir contrato e disputa vai parar em arbitragem*. Em que apontava uma ação nos valores acima dos R\$ 2 bilhões. E essa matéria está registrada nos Anais desta Casa, porque quando eu me referi a primeira vez, a Copel me interpelou judicialmente querendo saber de onde eu tinha tirado a informação. Na última quarta-feira, dia 14 de junho, a coluna *Podcast*, do jornal *O Estado de São Paulo*, publica uma matéria que a *Copel tenta anular sentença arbitral que impôs dívida de R\$ 3 bilhões e 200 milhões, que expõe uma situação de extrema insegurança jurídica e de prejuízos irreparáveis para o Estado do Paraná, para os acionistas, inclusive para o BNDES*. Como diz a matéria, o *Desembargador responsável diz que não caberia ao Poder Judiciário fazer as vezes de instância revisora do mérito da decisão arbitral, que os valores reservados ou provisionados pela direção da Copel são valores inferiores à dívida. Mesmo que a Copel rediscuta, estamos falando de uma diferença de R\$ 630 milhões para mais de R\$ 3 bilhões*. No português claro: Por que a Copel entrou com uma ação para anular uma sentença arbitral? É meramente protelatória? E por que esses passos são dados com base em orientação de um escritório de advocacia contratado também sem licitação, sendo que a Copel tem um corpo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Arilson, V.Ex.^a está inscrito no horário da Liderança do PT.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Tem a palavra.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... sendo que a Copel tem um corpo de mais de 70 advogados qualificados. Qual a justificativa de contratar sem licitação o escritório para o parecer? A Copel é uma S.A. e irregularidades como essa podem

repercadir na distribuição de dividendos durante os últimos anos, na transparência dos balanços, na capacidade de empréstimo da Copel e até do Estado. Para isto é fundamental uma CPI da Copel, para investigar a fundo essa dívida e as contratações de assessorias sem licitação, como do Banco BTG e do escritório de advocacia que o filho de uma Conselheira fazia parte. E ontem, pasmem, nova matéria do *Estadão* informa que se pretende vender a Copel no final de julho. Anotem aí, dia 25 de julho é a data criminosa da venda da Copel a preço de banana, avaliada por uma quitanda chamada BTG Pactual. Prestem atenção no que vou falar aqui agora: BTG Pactual. A mesma do Sr. Paulo Guedes, Ex-Ministro do Governo Bolsonaro, que tem como Gerente de Relações Financeiras o Sr. Fábio Farias, Ex-Ministro de Comunicação, mais que Ex-Ministro de Comunicação, genro do Silvio Santos, dono do SBT, onde o SBT no Paraná pertence ao Grupo Massa de Comunicação. Ou seja, quem está avaliando a Copel, o banco que avalia as ações da Copel tem relações quase que diretas com o Governo do Estado do Paraná. E vou além, vou checar informações que têm circulado aí no meio que, além de o BTG ter essa relação com o Governo do Estado, é credor do banco. Vamos descobrir se é verdade, porque se for verdade tem que anular a contratação, porque onde já se viu uma empresa que tem para receber da Copel fazer avaliação e ter relações, onde o Diretor de Relações Financeiras é o Ex-Ministro da Comunicação, do meio da comunicação do grupo, Renato Freitas, do SBT, que aqui no Paraná pertence ao Grupo Massa de Comunicação. Não estou acusando, são constatações. E temos que checar isso! E para checar isso, tem que ser uma CPI. E para avançar esse processo, precisamos de outra coisa, é retirar o segredo de Justiça colocado no processo citado pelo *Estadão*, para vermos quem está falando a verdade, se é o jornal ou se é a Copel. Porque a nota que a Copel soltou, ao invés de explicar o que estava ocorrendo, não, ela assume a dívida, não nega, mas do início ao fim ataca o jornalista e o jornal. É tipo, Maurício, querendo matar o carteiro porque a carta veio com uma notícia ruim. É incrível uma instituição como a Copel, acostumada a querer processar os outros e fugir dos fatos. Venham a público, aliás, tirem o sigilo que vocês mesmos pediram para colocar no processo, uma vez que a decisão da

Câmara de Arbitragem, por se tratar de recurso público, não necessitaria do sigilo. Ou vocês estão temendo algo? Pelo jeito, a Copel sabe o que ela fez no verão passado e está com medo que as pessoas saibam de tudo o que está acontecendo aqui. Mas, vou mais além. Fizemos aqui uma comissão, uma Frente Parlamentar composta por Deputados e estamos pedindo assinatura para todos os Deputados aqui. Vamos colocar a Copel a limpo! Sabem por que precisamos colocar a Copel a limpo? Porque aqui nesta Casa já teve uma CPI da Copel. Deputado Lemos, Deputada Ana Júlia, aqui teve uma CPI e o relatório apresentado foi defendido e escrito, não menos, pelo Deputado Estadual Ratinho Júnior, atual Governador do Estado. E dentro do relatório ele colocava, nesse relatório, que tinha frouxo o controle das empresas estatais, que gerava dúvidas - o próprio Governador colocou isso e aprovou o seu relatório. Uma das queixas daquele relatório era a criação de parceria com empresas privadas que teriam gerado prejuízos para a Copel. Igualzinho ao cenário de hoje. Então, quero aqui pedir para a base do Governo, já que o Governador foi brilhante naquele relatório da CPI da Copel, vamos assinar a CPI da Copel aqui hoje, para continuar o trabalho feito lá atrás. Vamos trazer às claras o que se passa ou não passa na Copel. Precisamos de verdade explicar isso. Sabem por que, gente? Tem mais coisa envolvida neste processo. Duas das empresas que prestam serviço para a Copel – uma que organiza o planejamento de auditoria e a outra que faz auditoria externa –, uma delas, a PWC, é a mesma empresa do caso Americanas, ou seja, a Copel pode estar sendo o caso Americanas do Estado do Paraná. E precisamos saber se realmente esse serviço de auditagem audita alguma coisa e quais as consequências disso para o Estado do Paraná. Presidente, é muito necessária essa CPI. É muito necessária porque estamos falando da vida do povo. Por fim, a privatização da Copel ainda é considerada um fator de risco pela própria empresa, como admitiu a empresa à Bolsa de Valores de Nova York, no final de abril. Hoje, aqui, quero anunciar três coisas: o protocolo da CPI, que tem agora oito assinaturas, mas cabem de verdade 54 assinaturas. Todos vocês são bem-vindos. Vamos discutir a Copel como patrimônio do povo do Paraná, que completa 70 anos no ano que vem. Outra coisa que estamos pedindo aqui - e tem espaço para

assinatura - é o documento que vai para o Tribunal de Justiça pedindo a retirada do sigilo do processo, para que as coisas fiquem claras. E, por fim, conversei há pouco com a Presidente Nacional do PT, Deputada Gleisi Hoffmann, e o PT está entrando até sexta-feira com uma Adi contra a lei aprovada aqui nesta Casa que transforma a Copel em corporação, ou seja, dá origem à sua privatização. Vários elementos trazidos à tona, muitos deles já comprovados e muitos deles que precisam de manifestação. Ainda quero colocar que o BNDES, que é o segundo maior acionista da Copel, banco público nacional, não está a contento com a lei que está aqui e se manifestou contrariamente a essa redução do percentual de voto. Ou seja, elementos não faltam para a CPI da Copel, fatos não faltam para a CPI da Copel. Sem contar ainda que temos um fato relevante, o fato n.º 8, colocado pela empresa, que vai promover um encontro da categoria para fazer a discussão para alterar o Estatuto no próximo dia 10, que faz com que a Copel, ao ter um sócio, um comprador que compre mais de 25% das ações, os outros 75% das ações, tem que ser pago 100% de ágio. Hoje ela vale R\$ 8,00; nessa lógica, quem comprar mais de 25%, tem que pagar R\$ 16,00 cada ação; e se for comprar 50% do patrimônio da Copel, para reestatizar, tem que pagar 200% do valor da ação, ou seja, R\$ 24,00. Está em tempo. Precisamos de todos e todas que queiram a Copel pública, que queiram energia barata, que queiram que o lucro da Copel volte para os cofres do Estado para fazer política pública. A CPI é necessária para esclarecer os fatos. E podemos, claro, chegar ao ponto de estarmos equivocados, mas o que está sendo colocado na edição do ano de 2017 do jornal e de agora comprova que há um histórico que permite entender que não estão colocando informações fidedignas nas demonstrações financeiras. E vou além. Quando denunciei aqui em março, a Copel me interpelou judicialmente, fez retificação em abril dos balanços financeiros e não colocou novamente isso que relatei da dívida apontada pelo *Estadão*. Portanto, CPI já, fim do sigilo do processo e Adi na sexta-feira, impetrada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, para derrubar a venda lesiva e criminosa da Copel. Melhor, não é venda, é doação ao mercado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de União da Vitória, Sr. Clodoaldo Goetz, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano. Estendo meus cumprimentos ao Líder do Governo, Hussein Bakri, atletícano, que torce para o melhor time do Brasil; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; cumprimento o público, o telespectador da *TV Assembleia*. E estendo meus cumprimentos aos jornalistas, que levam as notícias e que garantem a democracia no País. É somente com a imprensa livre que temos o Estado Democrático de Direito. Cumprimento em especial a minha esposa, linda e bela Delegada Tathiana, que se faz presente hoje nesta Sessão da Assembleia Legislativa. E cumprimento a minha irmã que mora no Texas, Estados Unidos, Tatiana sem “h”, não é! A minha esposa Tathiana é T-A-T-H-I; Tatiana é a minha irmã que mora no Texas, Estados Unidos. Aliás, um local, um estado americano em que a justiça funciona. Lá existe a pena de morte, lá existe a injeção letal e criminosos, Sr. Renato Freitas, que praticam crimes que aqui são de menor importância, porque homicídio no Brasil, já que o réu em regra responde em liberdade, é um crime de menor importância. Então, a vida não tem importância no Brasil em termos de legislação, em termos de ordenamento jurídico. Lá, lugar de bandido não é só na cadeia, lugar de bandido é morto, que é o lugar deles. Então, cumprimentando a minha irmã. Inicio as minhas palavras de hoje e vou dividir em duas partes, Sr. Presidente da Assembleia, até porque não iria mencionar nada a respeito da tragédia de Cambé, no entanto, em virtude de o Sr. Renato Freitas ter utilizado a palavra e mencionado que a tragédia tem um vínculo com a ação armamentista do Governo anterior, não posso me furtar de trazer a verdade, de mostrar a realidade ao nosso País, à nossa sociedade e ao nosso Paraná, Sr. Renato Freitas. Primeiramente, quero mencionar que quarta-feira agora, Sr. Líder do Governo, teremos a sabatina no Senado Federal, pela Comissão de Constituição e Justiça, do indicado pelo Presidente Lula, Cristiano Zanin. Espero que os nossos Senadores da República,

nossos três Senadores da República representem a sociedade paranaense e digam “não”. Espero que o Senador Flávio Arns, que o Senador Oriovisto e que o Senador Sérgio Moro digam “não” ao absurdo que é a indicação de Cristiano Zanin. Impetrei uma ação popular diretamente no Supremo Tribunal Federal, que está atualmente com a Ministra Carmem Lúcia, pedindo a nulidade do ato administrativo que é a indicação de Cristiano Zanin. Por que fiz isso, Sr. Líder do Governo? Em virtude da quebra do princípio da impessoalidade, pelo vínculo de amizade pessoal que tem com o Presidente da República. O próprio Presidente já afirmou, Sr.^a Flávia Francischini, nossa Deputada, que é seu amigo pessoal, que é o advogado do PT, que ele queria colocar um partidário no Supremo Tribunal Federal. Será que é isso que queremos para o nosso País? Será que esperamos que a nossa Corte Constitucional tenha até 2050, Deputada Flávia, uma pessoa indicada amiga pessoal e partidária do Presidente da República? Como será que esse Ministro vai decidir as pendências que chegarem até ele, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa? Obviamente que favoráveis ao PT. Então, em virtude da quebra do princípio da impessoalidade, do art. 37 da Constituição Federal, que lá consta legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, esperamos que esse ato seja anulado. Mas não é só por isso, Sr. Presidente, o cargo exige notável saber jurídico. O que me espantou é que tive acesso ao currículo do Sr. Cristiano Zanin e pasmem, senhores, o currículo dele não tem sequer uma especialização, não poderia ministrar aula em nenhuma faculdade, não tem uma especialização, não tem um mestrado, não tem o doutorado, não tem um artigo jurídico publicado, não tem um livro e quer ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. Não tem notável saber jurídico, não é um jurista, não tem um conhecimento acima... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, V.Ex.^a passa a falar no horário da Liderança do União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado, Presidente. Então, não tem capacidade jurídica, notável saber jurídico para ser Ministro do STF. Esperamos que os nossos Senadores da República, Sr. Flávio Arns, que me

escuta neste momento, Sr. Oriovisto, Senador Moro, que votem contra a indicação de Cristiano Zanin à Suprema Corte, até porque, senhores, independentemente da posição partidária, temos que modificar a Constituição. O Brasil já demonstrou que os Presidentes em regra colocam seus afilhados, seus amigos na Suprema Corte. Temos que criar um modelo que privilegie a carreira, juízes de carreira, desembargadores federais, desembargadores estaduais, procuradores de justiça e até advogados pelo quinto constitucional, mas a indicação discricionária de um Presidente da República não pode ensejar a escolha de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Utilizo a palavra agora, em um segundo momento, Sr. Presidente da Assembleia, - e não o faria - em virtude da fala falaciosa, mentirosa e de inverdades trazidas aqui pelo Deputado Renato Freitas. Tragédias existem, infelizmente, e utilizar o discurso político em cima de uma tragédia é por demais negativo, e é o que vimos hoje nesta Casa da Assembleia Legislativa. O Sr. Renato Freitas mencionando a situação ocorrida em Cambé, Norte do Estado do Paraná, com uma jovem de 17 anos e um jovem de 16 anos - ao contrário do que ele diz, não é uma criança de 10 anos, são dois jovens -, e disse ele que essa ação malévolas, esse homicídio, esse crime hediondo ocorreu em virtude da política armamentista do Governo anterior. Senhor Renato Freitas, vou trazer os números aqui que o senhor modificou ao explanar à população, Sr. Presidente da Assembleia, porque não dizem respeito à verdade. Senhor Renato Freitas, em 2018 tínhamos 59 mil 439 armas no Brasil; felizmente hoje temos 431 mil armas, 400% de diferença. No entanto, as mortes em 2018, Sr. Renato Freitas, era um total de 57 mil 358 mortes; hoje temos 30 mil 187 mortes. Vinte e sete mil pessoas deixaram de morrer em virtude da política armamentista. Ao contrário do que o senhor mencionou aqui nesta Casa Legislativa, 27 mil pessoas, Sr. Renato Freitas, deixaram de morrer. Então, o senhor traga a verdade. O senhor não traga falácias, não traga inverdades e não traga mentiras. E mais uma informação para o senhor, Sr. Renato Freitas: A arma utilizada era uma arma *fria*, não registrada, que não era de CAC, que são as armas que o senhor defende na mão dos criminosos, que o senhor sempre cobra da Rone, da Rotam, que são os bandidos, que são, sim, perseguidos pela polícia, porque a nossa polícia é a melhor polícia

do Brasil, a Polícia do Estado do Paraná, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil. E quero mencionar, senhores, que o nosso Governador do Estado propiciou um curso para professores agirem em caso de tragédia e, Sr. Líder do Governo, sabe o que aconteceu na prática? Esse criminoso foi desarmado por um professor. Parabéns ao Governo Ratinho. Sabemos que é uma tragédia, sabemos que não tem volta, sabemos que existem jovens que perderam a vida e isso é de uma lástima imensurável, mas vir aqui na tribuna, Sr. Renato Freitas, e aproveitar essa tragédia para falar mal do Governo anterior ou criticar o Governo Estadual não pode ser feito, porque não é verdade.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): O Governador do Estado colocou 5 mil e 600 policiais de prontidão nas escolas municipais. Infelizmente essa tragédia aconteceu, como outras podem vir a acontecer. Temos, sim, que evitar tragédias futuras. Temos, sim, que buscar medidas de enfrentamento, inclusive um dos Projetos de Lei que apresentei nesta Casa é o aproveitamento de policiais civis aposentados nas escolas, pela sua perspicácia, pela inteligência que tem o policial aposentado, porque sabe utilizar uma arma de fogo, sabe quando pode e não pode utilizar uma arma de fogo, porque tem noções de investigação, já conhece o criminoso só pelo seu andar. É preconceito, sim! É a análise de um conceito anterior, que em regra enseja a criminalidade. No entanto, Senhores, temos que repensar tudo o que está acontecendo, mas não podemos responsabilizar o armamento, porque era uma arma *fria*, era uma arma ilícita e são essas armas que têm que ser retiradas do Brasil, essas armas que estão nas mãos dos criminosos. Os CACs são pessoas de bem, pessoas honestas e o armamentismo no Brasil já demonstrou que gera a diminuição de mortes – 27 mil pessoas deixaram de morrer, Deputado Arruda, em virtude da existência de armas, sem dúvida alguma, e também das políticas de segurança pública. O senhor pediu a palavra, Sr. Denian? Não?

Deputado Alexandre Amaro (REP): Deputado Amaro.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Deputado Amaro, concedo-lhe.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Obrigado. Daria para abaixar só um pouquinho, Sr. Presidente? Está microfonando aqui. Acho que está muito alto o nosso som.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Solicitar para a assessoria que atenda o pedido do Deputado.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Obrigado. Só queria parabenizá-lo pela sua fala. E na fala também do Deputado Renato Freitas, ele falou que a igreja foi sequestrada. Não sei de qual igreja ele deve estar falando que foi sequestrada! O que entendo é que a igreja tem um viés, sim, um viés de direita, é contra o aborto; a igreja é contra as drogas, contra a marginalidade, ela recupera pessoas. Então, a igreja não foi sequestrada, a igreja só teve uma posição. E nas eleições presidenciais a maioria das igrejas optou, sim, por quem era de direita, quem era contra o aborto, e isso parece que traz ainda uma sensação ruim para aqueles que ganharam a eleição e deveriam governar o País e não ainda ficar fazendo política em cima disso. Então, a igreja tem todo esse trabalho assistencial e posso falar da minha igreja, que faz um trabalho dentro do presídio, faz um trabalho de recuperação – onde o Estado não consegue agir com força, chega ali o braço da igreja, que não tem uma placa denominacional, mas faz o bem ao cidadão. Então, acho que foi muito infeliz essa fala do Deputado, quando ele fala igreja sequestrada. A igreja não foi sequestrada, a igreja não é refém de ninguém. A igreja trabalha com o governo da direita ou da esquerda. É claro que temos as nossas preferências enquanto igreja, porque alguns têm o mesmo pensamento e viés que a igreja tem, por ela estar pautada em uma palavra, que é a palavra da fé. Está bom? Muito obrigado, Sr. Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado, Deputado. Acredito que o Sr. Renato Freitas tenha confundido as palavras. A igreja não foi sequestrada, foi invadida, mas invadida por ele, em momento passado, e salvo

pelas Cortes superiores de forma bastante obnubilosa, sem dúvida alguma. Dando continuidade, então, espero que agora, na quarta-feira, na sabatina, a Comissão de Constituição de Justiça, responsável pela sabatina, faça a seguinte pergunta, Deputada Flávia Francischini, a Cristiano Zanin, uma pergunta muito simples e direta: Senhor Cristiano Zanin, Lula é inocente? Se ele disser que Lula é inocente, ele não tem condições de ser Ministro do STF. Por quê? Porque praticou fato típico, antijurídico, culpável e punível e demonstra que não conhece o ordenamento jurídico, que tinha conduta, que tinha resultado, que tinha relação de causalidade e que tinha tipicidade; que não agiu ele protegido por nenhuma excludente de antijuridicidade - legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito. Ele não conhece a culpabilidade, porque não estava presente a inimputabilidade, a consciência potencial da ilicitude e a inexigibilidade de conduta diversa. Demonstra falta de conhecimento jurídico porque não havia prescrição, não havia então a extinção da punibilidade. Então, a pergunta que tem que ser feita a Cristiano Zanin é: Lula é inocente? E se disser que é inocente, não pode também ser Ministro, porque estará faltando contra a verdade dos autos. Obrigado, Senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, venho a esta tribuna para falar sobre a tragédia de Cambé. E preciso dizer o óbvio, porque me parece que às vezes a vida no Parlamento acaba por apagar o que é o nosso principal objetivo, que é o de fazer retumbar o que é o anseio da sociedade. E a sociedade espera da Assembleia Legislativa do Estado hoje posição e firmeza diante daquilo que aconteceu em Cambé. A tragédia está feita, todos choramos e estamos enlutados pelo o que houve, mas o nosso papel é olhar o amanhã, o que será efetivamente feito para que a tragédia de Cambé não se repita nas outras escolas do nosso Estado. A inércia, a ausência de discussão sobre a caminhada daqui em diante me assusta bastante! Porque depois daquilo que houve em Santa Catarina teve muita reunião, muita discussão e muito oba,

oba e pouco resultado prático. Diante do que aconteceu, parece-me que é necessário que o poder público, e não me refiro apenas ao Governo do Estado, mas ao Governo do Estado, aos governos municipais, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, todos nós, os Parlamentos, as Câmaras de Vereadores, a Assembleia Legislativa, precisamos atuar no sentido de garantir a segurança nas escolas, a começar pela revista obrigatória. Precisamos revistar! Os estranhos ao ambiente escolar, para que adentrem aos colégios, precisam ser revistados. Isso não é uma escolha, isso é uma obrigação, no mínimo a revista. No mínimo. E isso deve se dar, e penso que é um caminho bastante razoável, por detectores de metais na porta das escolas. *Ah, mas isso pode de alguma maneira intimidar a comunidade escolar.* Não, a comunidade escolar chora quando tragédias como a de hoje se realizam. Londrina, Deputado Tercilio, tem lei municipal de autoria do Vereador Giovani Mattos. O Vereador Giovani fez essa lei e o Prefeito Marcelo Belinati sancionou, dizendo que nas escolas do município haverá detector de metal. Londrina precisar correr com isso! E os outros municípios precisam, inclusive Curitiba, espelharem-se na lei municipal para que a rede pública de todos os municípios possa atuar nesse sentido. Podemos também, como Parlamento, forçar esse tipo de situação. Outra, guarda armada. É claro que guarda armada, segurança privada ou Polícia Militar não combinam com o ambiente escolar. Claro que não! Mas, diante do espectro que estamos vivendo hoje, isso também é uma obrigação. Precisamos dar segurança às famílias e precisa, sim, ter guarda armada nas portas do colégio, e tem que fazer revista em quem entra na escola! Chega! O que dizer aos pais daqueles que foram baleados em Cambé? E o que dizer às famílias daqueles que estão apavorados, com medo de mandar as suas crianças e os seus adolescentes às escolas? Estamos esperando o quê? Estamos esperando uma nova tragédia? O Governo do Paraná parece-me que fez a sua parte com um treinamento que foi dado ao ambiente escolar. Mas, só isso basta? Não basta, mas hoje vimos um professor muito bem treinado que conseguiu imobilizar o autor dos ataques. Mas, duas vidas estavam ali baleadas. Então, é o seguinte: Este parlamento, repito, precisa retumbar aquilo que a sociedade lá do

lado de fora espera de nós, porque eles olham para a Assembleia Legislativa, e o povo tem razão, eles olham lá de fora... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Denian, V.Ex.^a está inscrito no horário do Podemos.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Muito obrigado, Sr. Presidente. A sociedade olha lá do lado de fora e nos cobra ação. Ação! Menos conversa e mais ação. Então, subi a esta tribuna hoje para pedir ao Governo do Paraná, aos governos municipais, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, às Câmaras de Vereadores e sobretudo a esta Assembleia Legislativa que não deixemos o assunto morrer nas lágrimas e no luto, que busquemos alternativas. Quanto custa afinal de contas instalar detector de metal na porta dos nossos colégios? Qual é o custo disso? O levantamento está pronto? Não está pronto? Então, quem faz? Para quando? É necessário lei? Façamos a lei, mas tenhamos o mínimo de segurança neste momento que vivemos no Brasil. O trabalho da Polícia Militar, das Guardas Municipais, qual é o papel do Estado, dos Municípios na contratação de segurança privada? Se isso for possível, que façamos. O que não dá mais é a inércia, é a conversa mole, é a perda de tempo, é a discussão daquilo que não mexe com a vida dos outros. Esta Assembleia Legislativa, Deputado Luís Corti, espera de nós ação e não discurso. Ação! Que esta Assembleia possa esquecer ideologias, deixar a divisão de direita e de esquerda um pouco de lado e que possamos formar com as nossas inteligências e com a representação que nos une aqui ações efetivas para que o povo lá do Norte do Paraná, Deputada Cloara, não esteja hoje do jeito que está, desesperado. Quantas e quantas famílias dizem que não vão mandar os seus filhos...

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Um aparte.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Já lhe passo a palavra. Quantas famílias de crianças autistas entraram em contato comigo pelas redes sociais dizendo o seguinte: *As minhas crianças não sabem nem o que fazer diante de uma situação*

como essa. Será que não passou da hora de que esta Casa puxe a discussão, que sejamos nós os protagonistas? Deputada Cloara, por favor.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Hoje estamos em luto mesmo. Uma moça cheia de vida acabou falecendo. Peço agora, neste momento, que todos peçamos a Deus que esse menino resista. Ele está na sala de cirurgia agora. Hoje, falando com a nossa Secretaria do Núcleo, ela falou que a situação dele é gravíssima. Gravíssima! Então, orações a essas famílias e os nossos sentimentos. Oração para que ele resista a essa cirurgia.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Muito bem. Obrigado pela informação também.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Denian, aqui, Deputado Evandro, um aparte.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Quem pediu o aparte, que não vi? Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Denian, quero claro me solidarizar também com o acontecido em Cambé. Quero dizer que hoje ainda conversamos com a assessoria para que, no âmbito da Comissão da Criança e do Adolescente, possamos ter também a expedição de algum parecer, algum documento, alguma ação efetiva justamente para contrapor essa realidade que V.Ex.^a traz. Se eu entendi bem no seu discurso, V.Ex.^a disse assim: *Precisamos agir. De algum modo, precisamos agir.* É esse o sentimento que me toca também. Não dá para continuarmos fazendo o que vínhamos fazendo. Mesmo que algumas ações importantes foram feitas e foram, pelo o que vimos no relato hoje na imprensa que o próprio Governador deu. Não dá para continuarmos fazendo só o que fizemos até agora. Por quê? Porque no Brasil não tínhamos essa cultura, não fazia parte do noticiário brasileiro esse tipo de episódio. Só que agora temos essa realidade, infelizmente. Até achei importante que os veículos de imprensa adotaram a estratégia de não mostrar a imagem do indivíduo, de não ficar falando o nome

dele, justamente para que isso não seja uma propaganda. É um protocolo de alguns veículos. Agora, é inevitável que o assunto esteja nas páginas dos jornais, que a imprensa fale do assunto. É inevitável! Então, se isso é inevitável, sabemos que infelizmente é muito possível que outros casos possam acontecer, que tenhamos, sim, ações concretas. Embora em um período muito curto resistente a algumas ações mais efetivas, hoje compartilho justamente dessa posição, de que tenhamos que ter, sim, a revista, de que tenhamos que ter, sim, um instrumento para detectar ali a entrada de materiais perigosos, de metais e tudo. Precisamos de algo, instrumentos que a tecnologia oferece para evitar, pelo menos evitar que tragédias como essa continuem acontecendo. Precisamos de ações efetivas. Penso que podemos juntar a Comissão de Segurança Pública da Casa, a Comissão da Criança e do Adolescente, todos os Deputados que quiserem, obviamente, que possamos ter alguma proposição da Casa em relação a essa matéria. Por isso, aqui, cumprimento V.Ex.^a pelo pronunciamento.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Um aparte, Deputado Denian.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Já passo a palavra.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Luan Augusto, o nome do menino. E hoje é o aniversário do pai dele. Luan Augusto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Situação difícil. Quero referendar o que disse o Deputado Evandro. Também não gosto, Deputado Evandro, de um ambiente de vigilância nas escolas, porque escola não é lugar disso. Também não gosto, mas é o que nos cabe. O que não podemos mais é chorar vítimas. Se tiver que revistar, tem que revistar; se tiver que instalar detector de metal, tem que pôr. *Ah, quanto custa?* Não importa, temos que pagar. Temos que assegurar às famílias, aos estudantes, aos professores, aos funcionários de escolas que eles tenham no mínimo segurança. Deputado Fabio.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Primeiramente, Deputado Denian, dando parabéns à sua fala. Não só dando parabéns pelos pontos que foram muito bem

colocados por V.Ex.^a, mas também concordando com eles. Nessa esteira, gostaria só de relembrar de uma maneira muito rápida que há alguns meses estávamos aqui nesta mesma Casa de Leis, neste mesmo Plenário falando sobre a situação que aconteceu em Santa Catarina, sentindo a dor dos nossos irmãos catarinenses, mas entendendo que aquilo era algo que tinha acontecido lá no estado e que estávamos querendo aprender com as lições que aquela situação nos ensinou, para que evitássemos que elas acontecessem aqui no Estado do Paraná. Esse foi o ponto da nossa discussão e eu subi nesta tribuna falando exatamente isso. Naquela oportunidade, coloquei um Projeto de Lei, o Projeto de Lei n.^º 240/2023, colocando ações preventivas. Não só eu, mas também mais 10 colegas fizeram outros Projetos de Lei que estão tramitando nesta Casa. Outra situação que aconteceu aqui no nosso Estado: no dia 12 de abril de 2023 foi criado, foi instituído o Comitê Intersetorial de Prevenção e Monitoramento de Segurança em Escolas, ou seja, tomamos atitudes, só que devemos, concordando 100% com o que o nobre Deputado falou, ser mais céleres. Quando se trata de vidas, não há preço em ações, em equipamentos que devam ser comprados ou tomados para que possamos manter as vidas dos paranaenses totalmente em segurança. Obrigado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço ao Deputado Fabio Oliveira. Encaminho à conclusão da minha manifestação, portanto, fazendo mais uma vez o apelo para que não deixemos este assunto conduzir à inércia. Precisamos criar mecanismos para revistar na porta das escolas. É com detector de metal ou com providências de tecnologia de qualquer monta, mas o que não podemos mais é chorar a morte de criança e de adolescente. Basta! *Ah, Deputado, mas vai custar caro colocar isso nas escolas.* Vai! O povo do Paraná vai pagar. O Estado tem que bancar. E tem que bancar, porque isso é questão de segurança das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Torramos dinheiro onde não devemos. Isso é questão de vida, é questão de segurança e é providência urgente que a Assembleia Legislativa tem que cobrar das autoridades em todas as esferas, estadual, municipal, Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Denian, ouvimos com atenção a fala de V.Ex.^a e também os apartes de vários Deputados e acho que a Assembleia pode avançar e pode contribuir. Antes de o Deputado Presidente desta Casa, Ademar Traiano, sair aqui da Presidência, ele orientava a assessoria para levantar todos os Projetos de Lei que temos nesta Casa relativos à segurança das escolas. Tenho certeza, junto com a CCJ, junto com a Comissão de Segurança, Criança e Adolescente, acho que podemos avaliar os Projetos que são possíveis de serem implantados, aqueles que não tenham vício de iniciativa, e dar celeridade a isso. Era essa a informação. Obrigado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Gostaríamos de registrar a presença na Casa do Sargento Carlos Souza, Presidente da Associação Praças Unidos, por solicitação do Deputado Adriano José. Obrigado pela presença. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento todos e todas que nos visitam e os que também acompanham esta Sessão a distância. Hoje também o motivo da minha vinda à tribuna é por esse episódio lamentável, muito triste, mais um ataque à educação, aos estudantes, a estabelecimento de ensino. Hoje o Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, foi atacado com arma de fogo. Esse jovem de 21 anos estava também portando uma machadinha, atirou aleatoriamente, acabou sendo contido, mas, antes de ser contido, matou uma estudante, feriu outros e um estudante está em estado gravíssimo. Isso precisa ser contido, precisa ser evitado. Nós aqui nos solidarizamos com todas as famílias, que é a comunidade escolar como um todo - os familiares, os colegas estudantes, os pais, os professores e professoras, os funcionários e funcionárias do estabelecimento. Mas, não basta sermos solidários, ficarmos emocionados inclusive com o que aconteceu, comovidos, é preciso fazer mais. Nós tivemos uma Audiência Pública aqui na Assembleia logo após os

ataques, aquele ataque lá em Santa Catarina. A Audiência Pública aqui reuniu vários Deputados e Deputadas, mas reuniu também lideranças do Estado, lideranças também que representam as nossas escolas, pais, estudantes, professores e funcionários de escolas. E aqui na Audiência Pública que fizemos ficou deliberado que algumas medidas seriam tomadas, e essas medidas precisam ser agilizadas e implementadas. Temos leis que já foram aprovadas nesta Casa e que podem perfeitamente ser implementadas. Por exemplo, precisamos que a lei que determina que as escolas possam ter profissionais, como psicólogos, psicólogas, assistentes sociais, seja implementada. Essa lei está aprovada, está em vigor, mas não temos esse trabalho. Falava naquela Audiência Pública que precisamos implementar uma lei que trata do *bullying* nas escolas - essa lei já existe, está aprovada, precisa ser implementada no âmbito dos nossos estabelecimentos de ensino. Mas, também falava aqui, o número de funcionários nas escolas é muito pequeno, de pedagogos, de pedagogas, de funcionários. Aquele funcionário que atendia as escolas, chamado de *inspetor ou inspetora de alunos*, foi banido das escolas. Tínhamos esse funcionário e essa funcionária, e precisamos ter esse funcionário e essa funcionária, inclusive preparado, inclusive para receber os estudantes, mas receber também quem não é estudante, como esse jovem que foi até a escola no dia de hoje. Então, é muito importante que implementemos aquilo que já existe, já está legislado, e que nos aprofundemos aprovando leis novas aqui para implementar mais programas para prevenirmos, evitarmos que tragédias como essa, que crimes como esse continuem acontecendo. Agora, observamos também que esse discurso de ódio feito em vários lugares, inclusive nas redes sociais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O discurso de ódio feito em vários lugares, inclusive nas redes sociais, chegou em todo o País e está atingindo as escolas com muita violência. Isso precisa ser também combatido no âmbito do País inteiro, aí aprovar medidas lá em Brasília para conter esse discurso de ódio

espalhado nas redes sociais, inclusive arregimentando pessoas e jovens para cometer crimes, inclusive contra as escolas. Precisa ser também apoiado por essa Assembleia para que se aprove medida importante regulando essas redes sociais, que estão como terra livre, terra de ninguém, como terra de criminosos. Isso precisa ser também combatido. Quero mais uma vez aqui me solidarizar com toda a comunidade escolar lá de Cambé... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... com toda a população de Cambé, em especial a comunidade escolar do Colégio Helena Kolody, e que possamos fazer com que não aconteçam mais ataques às escolas do Estado do Paraná daqui para frente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Reserva, Sr. Arlindo Lima, por solicitação do Deputado Luís Corti. Seja bem-vindo. Próxima oradora, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde a todos os presentes, a todos que nos acompanham pelas redes sociais. Bem, inicialmente quero deixar os meus mais profundos sentimentos aos familiares e amigos dos estudantes Karoline Verri Alves e Luan Augusto, que foram baleados esta manhã na escola municipal em Cambé. Nós sabemos que essa tragédia poderia ter sido muito maior, infelizmente. Volto a defender que as escolas precisam de segurança armada, detector de metais, profissionais de educação muito mais instruídos para orientar esses jovens. Também quero deixar os meus cumprimentos aos 89 anos do Crea, uma instituição tão importante para o desenvolvimento do Estado, que, com essas 25 novas propostas de Projetos apresentados, irá garantir condições ainda melhores de trabalho, segurança e qualidade na cidade, na indústria, no campo e nas diversas áreas em que os profissionais do Crea atuam. Também quero lembrar que ontem, amigos, dia 18 de junho, foi celebrado o *Dia do Orgulho Autista*, data para lembrar a sociedade sobre as características únicas de pessoas

diagnosticadas com algum grau do transtorno do espectro autista. Essa data é importante para reafirmar, registrar, relembrar e conscientizar principalmente aquelas pessoas que ainda não aprenderam ou não sabem conjugar ou fazer a inclusão. Entender que essas crianças, que esses adultos diagnosticados não são doentes, que o autismo não é uma doença, mas sim um diagnóstico, e que essas pessoas possuem algumas características próprias, unicamente isso, que lhes trazem alguns desafios, e estamos aqui para ajudá-los. Defendo essa causa, como todos sabem, essa bandeira há mais de 10 anos, desde que o meu filho foi diagnosticado. Acompanho a luta de todas as mães, pais que nos procuram com muitas demandas, principalmente no Interior, onde sabemos que nem mesmo o diagnóstico ainda é feito. Durante a minha campanha, no ano passado, tive a oportunidade de em vários lugares que cheguei, inclusive, ser abordada por vários pais e mães que muitas vezes estavam há seis, sete meses em uma fila de espera para ter um diagnóstico e depois, com certeza, enfrentariam mais aí um ano em um posto de saúde para conseguir começar o tratamento dos seus filhos. E é por essas famílias que luto diariamente e as represento. Destaco também a aprovação da *Lei do Diagnóstico Precoce*, que foi relatada pelo Delegado Francischini como Deputado Federal. E esse diagnóstico precoce dá o direito a essas crianças que até os 18 meses podem ser assistidos mês a mês, para que inicialmente consigamos fazer um diagnóstico e a criança comece um tratamento tanto quanto antes possível. Aqui na Assembleia apresentei 12 Projetos de Lei que defendem os autistas e suas famílias e agora estamos no aguardo pelo estatuto, para que possamos continuar o trabalho. Muito obrigada e boa semana a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Amaro - REP): Pelo horário das Lideranças, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, prezadas e prezados Deputados, Deputadas e todos que acompanham esta Sessão Plenária. Primeiramente a respeito dessa tragédia que ocorreu no colégio em Cambé, Helena Kolody. Uma tragédia que, a meu ver, poderia ter sido evitada. Meus profundos sentimentos aos pais, aos parentes e amigos, porque realmente é uma

dor que só Deus vai amenizar. Uma jovem de 15 anos morreu com um tiro na cabeça e o outro jovem, de 16 anos, levou um tiro na cabeça e só um milagre para salvá-lo. E esses disparos feitos por um criminoso, ex-aluno que entrou no colégio para pedir documentação de histórico escolar, pediu para ir ao banheiro e saiu atirando - estava armado com um revólver calibre 38 *frio*, não era CAC nem nada, e com vários carregadores de carga rápida, vários. Então, a intenção dele era atirar e matar muita gente. Parabéns ao professor que conseguiu segurar esse marginal e evitar mais mortes. Esse professor teve o treinamento que foi dado aí a mando do Governo, pela Secretaria de Segurança. Então, vemos que é eficaz o treinamento. Agora, este Parlamentar aqui, eu, em abril, na semana do dia 11 e 12, estive nesta tribuna aqui. Em abril, estavam discutindo o massacre que houve em Santa Catarina. Fiz um ofício ao Governador, li nesta tribuna a todos os Deputados que aqui estão. E ouvi aqui o Deputado Denian Couto falando que temos que agir. Agi naquele momento. E nesse ofício datado do dia 11, ofício n.º 12/2023, em certa parte falo assim: *Por meio deste ofício, solicitamos uma medida a curto prazo no investimento de equipamentos de segurança, pois entendemos que as demais ações dependem, demandam um prazo maior. Diante disso, pleiteamos a instalação de detectores de metais e cercas elétricas nas escolas. Sugerimos que sejam instalados detectores de metais modelo portal, não porta giratória, porque não dá tempo de os alunos entrarem.* Portal - igual temos na Assembleia, igual temos no aeroporto. Levantei o custo do referido detector de metal, Deputado Denian Couto. O referido detector de metal custa apenas R\$ 7 mil. E pedi isso aqui, encaminhei ao Secretário de Segurança, falei com muita gente a respeito disso. O mais rápido a ser feito era o detector de metais, mas infelizmente esta Casa não me ouviu também. Teve que morrer mais uma pessoa para que as pessoas entendam a importância de um detector de metais. Alguém já viu dentro de um aeroporto alguém sair atirando? Não. Porque lá não entra ninguém armado, porque passa pelo portal de detector de metais. Então, sinto muito, mas não esperei para agir. Agi imediatamente naquele momento. Está registrado isso. E volto a cobrar agilidade, porque o Governo investiu o dinheiro nas escolas, mas infelizmente os diretores não têm a capacidade técnica de

entender o que é melhor. Então, tínhamos que impor, falar: *Faça ter obrigatório*. E o Governador concordou comigo. Não sei por que e quem não acatou para não fazer isso. Quem sabe agora vão fazer. Então, lamento muito. E quando vejo um Deputado aqui do PT oportunista em usar essa tragédia para criminalizar quem tem arma, o cidadão de bem que tem arma, é o que eu falo: A política tem hora que é nojenta. É difícil ficar sentado aqui ouvindo essas barbaridades. Como? Ah, quer criticar o Governo Bolsonaro, que liberou armas. Parabéns ao Governo Bolsonaro, que, liberando armas, diminuiu e muito a criminalidade. Creio que os números que o Deputado do PT, Renato Freitas, sugeriu, que aumentaram as mortes por armas de fogo, aumentaram as mortes de criminosos. Graças a Deus que muitos zeraram o CPF e não vão incomodar mais ninguém. Acho ótimo. Mas o cidadão de bem não, esse teve a vida salva. Porém, tem um partido aqui, o partido do PT, adora criminalizar o cidadão de bem, tirar a arma do cidadão de bem, prejudicar que o cidadão tenha armas, mas a bandidagem eles não dão um pio, não tomam uma atitude sequer. Está lá o Ministro da Justiça, Flávio Dino, que disse que as armas contrabandeadas não são problema dele. É problema de quem? De quem? Meu? De nós Deputados? Não. É da Justiça, sim. É dele. Ministro, vocês tem que parar de proteger o crime organizado, o PCC e o Comando Vermelho. Parem! Rompam o acordo, se é que tem algum acordo com eles. Pelo amor de Deus, vamos prender essas armas *frias*, são elas que causam a morte, não a arma registrada. Vamos parar de hipocrisia nesta Casa aqui. O outro Deputado vem falar que as mortes são discurso de ódio. Ora, Deputado Lemos, ligue para o Presidente Lula e mande ele parar de ter ódio de todo mundo. Pare de ter ódio! Quer ferrar um, quer prender o outro, quer acabar com o Bolsonaro. O homem cheio de ódio é o Lula. Ele tem dois argumentos: ódio e viagem, ódio e viagem, ódio e viagem. É o que ele faz, esse homem. Trabalhar que é bom, nada. Ora, o Brasil está realmente ao leu, sem Governo nenhum, e a bandidagem comemorando e rindo de nós. Tem um Presidente em El Salvador que acabou com o crime no país, construiu o maior presídio. Acho que tem lá 40 ou 60 mil presos. Entrevistaram um servidor do presídio, Presidente, e perguntaram a ele se o presidiário tem direito a comer proteína. Ele disse:

Primeiramente os policiais têm direito à proteína, segundo os cachorros e terceiro, se sobrar, os presidiários. Sou dessa opinião. O bandido não tem que ter direito nenhum, zero, porque o cara que escolheu a vida do crime resolveu andar à margem da lei, fora da lei. Por que quando ele é preso, a lei tem que ampará-lo? Está errado. Tem que mudar esse conceito. O bandido tem que ser tratado como um “Zé Ninguém”, porque ele está lá porque matou, porque estuprou, porque traficou. Então, direitos humanos só protege marginal. Aí tem audiência de custódia para proteger o marginal. Aí quando o marginal prende outro marginal na comunidade, todos já viram os vídeos aqui, eles quebram perna, braço, dão tiro, põe fogo e ainda riem da gente. Falam assim para o bandidinho: *Aqui não tem audiência de custódia, não, aqui não tem direitos humanos.* Então, eles usam ainda para rir da gente. E tem gente nesta Casa que adora defender marginal. Vou pedir aqui, Líder do Governo, vamos fazer um trabalho para que o Governo do Paraná não coloque câmeras nos policiais, isso vai ter um custo de 8 milhões. Vamos investir 8 milhões em aumento salarial para o policial, para combater o crime, e vamos dar liberdade para o policial agir da melhor maneira possível. Vamos quebrar as regras que tem: *Ah, o policial não pode atirar na cabeça! Não pode dar mais do que dois tiros!* O policial tem que atirar em qualquer lugar, quantas vezes for necessário para anular aquele bandido. Vamos ficar até quando aqui protegendo marginal, meu Deus do céu? O bandido atira no policial do jeito que quer, o bandido não tem regra nenhuma, não tem câmera, nada, e ainda tem gente querendo pôr câmera em policial. Tenham vergonha na cara! Lugar de bandido é na cadeia ou no cemitério e ponto-final. Ele escolheu a vida errada. Bandido armado na rua, em confronto, tem que levar não um tiro, tem que acabar a munição em cima dele. Vamos parar de ter regra, as regras estão matando policiais. As regras estão dando aí opções para o bandido fazer o que ele quer. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não vou me cansar de falar isso aqui. Lamentavelmente, como Deputados Estaduais, não temos autonomia para fazer uma lei estadual. É uma pena. Se aqui fosse igual aos Estados Unidos, os estados fossem independentes e o Deputado Estadual tivesse autonomia, poderíamos fazer aqui o Paraná um estado diferente, com intolerância zero para marginal, sem direito nenhum. O direito dele é cumprir a pena e nada mais. Não tem que ter visitinha, aquilo não é motel, não tem que ter saidinha, não tem que ter salário, não tem que reclamar da comida. Reclamou da comida, tira a comida por dois dias, você vai ver que ele vai comer o que servir! Vamos parar de defender marginal e vamos fortalecer todas as forças armadas do Estado do Paraná. É isso por hoje, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Cobra Repórter.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente e todos que nos acompanham. Dia muito triste, Sr. Presidente. Dia lamentável. O que aconteceu na cidade de Cambé deixou toda a população do Norte do Paraná estarrecida. Um dia em que acompanhamos o sofrimento, a angústia, o desespero dos pais do Norte do Estado. O Colégio Helena Kolody é um colégio tranquilo, é um colégio onde vários pais preferem que seus filhos estudem lá por ser um colégio bem situado, um colégio onde os alunos gostam de estudar. Lembro que uns dois, três anos atrás estive lá, inclusive com o Deputado Tiago Amaral, fizemos uma reunião lá no Helena Kolody, ajudamos o colégio, o Tiago Amaral mandou recursos para lá, também mandei recursos para lá. E é um dos principais colégios da cidade de Cambé. É um colégio onde muitos pais preferem que os filhos vão para lá. Então, Hussein, é um colégio bom, e não foi essa tragédia que aconteceu que vai desqualificar a qualidade que o colégio tem. Lamentavelmente, o elemento que cometeu esse ato tem 21 anos de idade, é morador da cidade de Rolândia. Ano passado ele já tentou fazer isso em uma escola em Rolândia. Estudava lá e, com uma faca, invadiu a escola e relatou que a primeira pessoa que encontrasse pela frente, ia esfaquear a pessoa. Mas rapidamente os

profissionais ali da educação conseguiram contornar e evitar essa tragédia em Rolândia, no ano passado. Pois bem, hoje pela manhã, por volta das 9h30, esse elemento foi até o colégio - lá ele foi estudante em 2014 - e disse que gostaria de pegar o histórico escolar, e aí franquearam a entrada dele. Foi até a diretoria e depois teria pedido para usar o banheiro. Lá no banheiro, trocou de roupas, carregou a arma e, assim que saiu do banheiro, começou a atirar. Estava acontecendo aula de educação física e, lamentavelmente, as duas primeiras pessoas que foram acertadas foi essa garota de 17 anos de idade, que morreu no local, e o amigo dela - não sabemos se é namorado ou se é amigo, mas estava junto com ela ali -, que acabou sendo baleado na cabeça e seu estado é muito grave no Hospital Universitário, na cidade de Londrina. Mas, um detalhe que chama a atenção, Sr. Presidente e amigos, é que um professor que foi treinado pelo Estado evitou que essa tragédia fosse pior, porque ele conseguiu mobilizar e segurar esse elemento que se preparava para recarregar a arma e continuar o seu ódio, continuar disparando os tiros. Mas, esse professor evitou que isso acontecesse; rapidamente os policiais chegaram, aí efetuaram a prisão desse elemento que depois estiveram na casa dele e encontraram um monte de coisas escritas, Sr. Presidente, que ele já planejou isso. Ele planejou esse ataque. Ele disse que queria ir até uma escola. E lamentavelmente acabou tendo êxito na sua ação. Acompanhei atentamente o pronunciamento de todos os nossos companheiros, os amigos aqui que antecederam, e todos têm um ponto de vista. Não quero aqui discordar desse ou daquele, mas este é um momento sério. Acho que neste momento não cabe a nós ficarmos aqui dizendo que é culpa do Lula ou se é culpa do Bolsonaro. Quem tem que tomar as providências somos nós, quem tem que cuidar do Estado do Paraná somos nós. O Governador Ratinho Júnior determinou que o Secretário de Segurança Pública fosse para lá com toda a sua equipe, que o Secretário de Educação fosse para lá. Isso aqui não é brincadeira, gente! Olha a situação que estão vivendo agora esses pais! E pergunto para vocês, eu sou pai: Como que amanhã o pai vai deixar o filho ir para a escola com tranquilidade? Isso vai acontecer? E esse colégio, como que vai ser o futuro desse colégio? Será que os profissionais que lá trabalham vão conseguir trabalhar

depois, mesmo que tenha segurança lá no colégio, mesmo que tenha um policial? Como é que vai ficar a cabeça dos pais e dos alunos? Antes de qualquer discurso jogando a culpa em um ou em outro, precisamos de ações efetivas e que possam resolver este problema. Não adianta discurso de ódio agora. Agora é responsabilidade, agora é tomar as providências. Lamentavelmente, aconteceu. Não queríamos. É muito triste, é dolorido. Só quem está lá sabe o que está acontecendo. Estou acompanhando este caso desde o minuto que aconteceu, estou o tempo todo acompanhando este caso e confesso para vocês, é muito triste vermos uma cidade, uma região... Estão todos estarrecidos, todos destruídos. Essa menina que faleceu, além de tudo, era de uma família muito querida em Cambé. Uma pessoa de dentro da igreja, uma pessoa que tinha sonhos, queria ser professora, queria ser professora! E aí, lamentavelmente, acabou acontecendo essa tragédia interrompendo esse sonho.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Pois não, Gugu.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Deputado Cobra, é visível o sofrimento, a dor da sua fala, que é uma dor compartilhada acredito que por todos nós deste Plenário, por toda a sociedade de bem do Estado do Paraná. É a mais clara e evidente manifestação do mal que aconteceu hoje de manhã no nosso Estado, infelizmente, lá em Cambé. Mas, quero parabenizar V.Ex.^a justamente pela serenidade na sua fala. É um momento muito difícil que vivemos na nossa sociedade. Se analisarmos esses últimos meses, esses últimos anos há um aumento desse tipo de crime nas nossas escolas. Não é um problema de simples resolução, não é um problema que vamos resolver dizendo: *Ah, faça isso que está resolvido, ou faça aquilo que está resolvido.* É muito mais complexo, é do íntimo da nossa sociedade, passa pelo o que as nossas crianças estão vivenciando no dia a dia; passa, sim, pelas redes sociais, pela obscuridade das redes sociais; passa pelas nossas famílias desestruturadas; passa por uma série de problemáticas da sociedade. Não é, sem dúvida nenhuma, um problema de fácil

solução; e se não é de fácil solução, também não é da culpa do “A” ou do “B”, a não ser obviamente do próprio mal em pessoa. Então, quero me solidarizar com a sua fala e com a dor de todos os paranaenses. Obrigado, Sr. Deputado.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Obrigado, Gugu Bueno. Senhor Presidente, quero agradecer o seu empenho em dar prioridade a todos os Projetos de Lei desta Casa que estão tramitando nas Comissões, para que possamos achar uma solução e dessa forma ajudar as nossas crianças. Realmente, os pais cobram uma ação, realmente a comunidade escolar cobra uma ação do Governo desta Casa e vamos fazer a nossa parte, não tenho dúvida disso. Ouvi aqui algumas pessoas falando: *Ah, coloca isso que resolve; coloca aquilo que resolve; coloca aquele outro que resolve.* É muito mais do que isso, gente. É muito mais do que isso. Esse trabalho tem que ser um trabalho muito mais forte do que qualquer ação pontual. É lamentável, porque não vai resolver. Se o cara quisesse pegar, ele pegava do lado de fora da escola. Então, tudo isso é muito triste. Fico aqui, Sr. Presidente, e imagino como vão se comportar daqui para frente os nossos alunos e também os nossos pais. Como que um pai de Cambé, de Londrina, de Rolândia vai mandar o seu filho para a escola e vai ficar tranquilo? Como que isso vai acontecer? É lamentável, é triste. Um dia para esquecermos.

Deputada Marli Paulino (SD): Dá um aparte, Deputado?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Pois não.

Deputada Marli Paulino (SD): É a Marli, aqui.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Sim, Marli.

Deputada Marli Paulino (SD): Quero agradecer o aparte do senhor e sinto muito mesmo o que todos os colegas já mencionaram. Só gostaria de lembrar que protocolei um Requerimento em abril solicitando a ampliação da Patrulha Escolar nos colégios estaduais, e protocolei um Projeto de Lei também em abril, que acho que é parecido com o do senhor, logo após o ataque de uma creche em

Blumenau, Santa Catarina, instituindo a *Semana de Combate à Violência nas Escolas do Paraná*. Por isso, reitero o pedido de celeridade a essas pautas de proteção e segurança dos nossos alunos. Minha profunda solidariedade à família e a toda a comunidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para concluir, Deputado.

Deputada Marli Paulino (SD): E reafirmo meu compromisso de trabalhar pela proteção e pela paz nas escolas do nosso Paraná. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Eu que agradeço, Deputada. Que possamos realmente chegar a um Projeto importante e dar a segurança necessária que os nossos alunos necessitam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e caros colegas, hoje vou falar em *collab* aqui, Presidente, vou abrir e quem vai chegar vai ser a Ana Júlia. Deputado Cobra, não é muito comum, mas concordo com o senhor, muito tem que ser feito. Não há uma solução simples. Os Estados Unidos investiram bilhões de dólares em segurança, em prevenção, em detectores de metais, em polícia e não conseguiram resolver o problema da violência nas escolas. Estamos secando *gelo*, Deputado Gugu Bueno. Temos um menino que planejou durante quatro anos um ato porque sofreu *bullying* nas escolas. O investimento para resolver esse tipo de problema é nas psicopedagogas, é nas professoras, é nos agentes de escolas, é na educação como um todo, é na preparação de pais para um futuro e um mundo muito diferente do qual eles foram criados, com redes sociais, com a ode à violência, sim, e um discurso muito confuso que deixa as nossas crianças em uma situação de perigo. Então, é muito mais do que um detector de metal na escola, um policial armado; é um conceito de pedagogia, de psicólogos nas escolas e de redes de apoio. É disso que precisamos. Perguntavam ali sobre a indicação de

Ministro também, do Lula: *Vai colocar o Zanin, e como é que o Zanin vai julgar?* Igualzinho o André Mendonça e o Kassio Nunes julgam hoje no STF, da mesma forma. E tem sido assim durante anos. As indicações são as melhores para o STF? Posso discordar, posso não discordar, quem decide é o Presidente da República. E muita gente não sabe, mas para ir para o STF a Constituição não exige nem a formação no curso de direito. Então, quando se julgam aqui os currículos e os afins, é uma decisão do Presidente. E olha só, não precisa nem ser extremamente religioso, nem ser amigo da primeira-dama, basta ter notório saber jurídico. Estudem um pouquinho mais sobre a Constituição antes de abrir a boca, por favor. Ana Júlia, cedo-lhe a palavra, para que possa tratar desses assuntos tão importantes que temos. Obrigado, Presidente. Ana Júlia, a palavra é sua.

Deputada Ana Júlia (PT): Obrigada, Deputado Requião Filho, pelo espaço na Liderança. Cumprimento todos os Deputados. Boa tarde a todo mundo. Sei que hoje é um dia muito difícil, um dia triste, um dia que uma pauta tomou conta do Plenário, e com justiça essa pauta toma conta hoje, porque de fato precisamos debatê-la. Tenho certeza de que hoje sofremos todos com o relato do ataque a escola, desta vez no Colégio Estadual Helena Kolody, em Cambé, onde uma jovem infelizmente faleceu e outro rapaz está hospitalizado em estado grave. Quando um desses ataques acontece, todos nós falhamos, a sociedade brasileira e paranaense falha e nós, enquanto Deputados e representantes dos cidadãos, falhamos também. E quero aqui dizer isso porque de fato, como disse muito bem o Deputado Cobra Repórter, não há uma solução fácil, não há uma única resposta. É preciso ser feito um trabalho sério e comprometido. Não há um jargão ou uma afirmação em específico que vai nos dar o resultado que precisamos, que é a segurança nas escolas. Há na política o caminho de se falar o que é mais fácil e dar a esperança às pessoas com aquilo que não podemos corresponder, dando uma promessa ou uma resposta que vai resolver tudo. Prefiro o caminho onde na política debatemos, onde na política construímos e onde com a política tentamos verdadeiramente resolver o problema da vida das pessoas, neste caso a violência dentro das escolas. E quero aqui destacar que entre tantas coisas e tantas influências que podem ter levado a essa e outras tantas situações que

aconteceram nesses últimos meses em relação às violências dentro das escolas, com toda certeza a cultura armamentista, que foi incentivada nesses últimos, é, sim, uma das responsáveis. Entre 2018 e 2022, o registro de armas de fogos aumentou em 473% no Brasil; e 6 dos 11 ataques às escolas no País foram por arma de fogo que os autores tiveram acesso dentro das suas casas. Esse é um dado do Instituto *Sou da Paz*. É um elemento central desses ataques o ódio - o ódio às minorias, o ódio às mulheres, o discurso de ódio e a aproximação a grupos extremistas. Quero aqui deixar algumas das políticas públicas que foram debatidas pelo Governo Federal de forma ampla, em conjunto com os estados, que tentam nortear uma solução real e efetiva para essas situações, além também de o Governo Federal ter destinado mais de 150 milhões para a política de segurança dentro das escolas, especificamente sobre os casos de violência. A primeira das medidas que devemos tomar, que coloco como proposição também para o Estado do Paraná, é a educação e a conscientização. Devemos debater os estereótipos de gêneros e de outros grupos minoritários e vulneráveis que são prejudiciais e promover dessa forma a igualdade e a equidade. É imprescindível termos materiais de humanidades e artes, que buscam debater o respeito à diversidade. A educação inclusiva, emancipatória, pautada no respeito mútuo, na empatia e na tolerância, para que todos os indivíduos se sintam valorizados e incluídos na sociedade. Outra medida é a capacitação. É necessário incentivar a formação dos profissionais da educação para combater as múltiplas violências, identificar sinais de aproximação de estudantes a grupos extremistas, que promovem e disseminam o ódio. Além disso, a comunidade escolar deve abarcar medidas para fortalecer o controle parental das redes sociais e dos materiais levados para a escola. Precisamos também falar da promoção da saúde mental. Devemos fortalecer o acesso a serviços de saúde mental e apoiar programas de conscientização emocional nas escolas - isso ajudará a identificar alunos em risco e fornecer o suporte adequado, antes que a situação se agrave. Precisamos de intervenção precoce. É importante estabelecer canais de comunicação abertos e confidenciais nas escolas, para que os alunos possam relatar preocupações e comportamentos perturbadores. Os educadores e conselheiros devem receber

treinamento adequado para identificar sinais de alerta e intervir prontamente, oferecendo suporte emocional e encaminhando casos mais graves para profissionais de saúde mental. Precisamos do fortalecimento do ambiente escolar. Criar um ambiente escolar seguro e acolhedor é fundamental. Devemos promover a inclusão, o respeito mútuo, a diversidade, garantindo que todos os estudantes se sintam valorizados e pertencentes à comunidade escolar. Isso pode ser alcançado incentivando grêmios estudantis, centros acadêmicos, grupos de discussão sobre igualdade de gêneros, práticas *antibullying* e a promoção de atividades extracurriculares. Precisamos de parceria entre a comunidade escolar. A colaboração entre pais, professores, profissionais da saúde mental e comunidade escolar no geral, fornecendo orientações e debatendo sobre as inúmeras violências que existem na sociedade é fundamental. E aqui destaco algo que todos os Deputados em alguma medida comentou, o policiamento preventivo e comunitário é bem-vindo, a exemplo do trabalho, do que se propõem as Guardas Municipais, desde que esses profissionais sejam treinados e formados para lidarem com crianças e adolescentes, e formados para o ambiente escolar e para evitar essas práticas de violência. Não adianta colocar policial aposentado que não foi preparado e devidamente formado para lidar com crianças e adolescentes dentro de uma sala, dentro de uma escola. Isso não irá resolver os nossos problemas! Não adianta promover uma política ostensiva e de forma agressiva aos estudantes, isso na prática vai gerar mais casos como esse. E nós acompanhamos e muito essas situações nos Estados Unidos, que não é exemplo nenhum nesta temática em relação à educação e à violência, porque esses casos continuam acontecendo lá todos os anos, cada vez mais, e as políticas que eles adotaram não funcionaram... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, por favor.

Deputada Ana Júlia (PT): É preciso que conheçamos e entendamos a realidade brasileira, da educação brasileira, e encontremos uma resposta nossa, com compromisso por parte de todo o poder público. Por fim, devemos lembrar que o foco é a prevenção de um incidente violento, fortalecendo um ambiente em que os

alunos se sintam acolhidos e possam denunciar casos que podem acarretar incidentes violentos. É importante reforçar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada.

Deputada Ana Júlia (PT): ... que as denúncias podem ser feitas pelo Disque 100 e a partir dos canais oficiais do Governo Federal e do Governo do Estado. Muito obrigada, Sr. Presidente. E espero que consigamos encontrar um caminho para solucionar todas essas questões.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Deputado Federal Nelci Maria, popular Vermelho, pai do Vermelhinho. Seja bem-vindo à nossa Casa. Com a palavra o Deputado Hussein Bakri. Som para o nosso ilustre orador.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero desconto no tempo. Faz favor! Sou árabe e não gosto de ser garfado! Quero saudar aqui o Deputado Federal Vermelho. Seja bem-vindo. Representa-nos com muita dignidade lá em Brasília. Senhor Presidente, hoje me lembrei da Xuxa. Quero falar depois da escola. Lembrei-me da música: *Pera, uva, maçã, salada mista...* É de quando as minhas meninas eram pequenas. Foi o que a Oposição fez hoje aqui quando foi falar da Copel. Meu Deus do céu! O Faria, com o Silvio Santos, com não sei o quê, com não sei o quê! Tudo supostamente. Mas, esse é o papel, não é? Tudo supostamente. Mas, o fato concreto, vou falar agora dessa dívida de 3 bilhões. E com todo o respeito que a Oposição merece. A dívida de 3 bilhões não foi definida. Estou afirmando aqui para todos que estão me olhando! Fui buscar as informações. O que tem é uma dívida possível de 600 milhões e está consignado já esse recurso, está guardado, a Copel separou. Portanto, não existe nenhum crime. Longe disso! Está separado o recurso de 650 milhões de uma possível perda desse processo. Portanto, não tem nenhuma fraude. Aqui não tem Americanas! Podem ficar todos seguros. Inclusive atestado pela CVM. O *Estadão* se retratou. O *Estadão* publicou em um dia e no outro dia se retratou, devido à falha da informação, porque chegou a eles essa informação errada. Podem ficar

seguros, Sr.^s Deputados. Bom, outra coisa: *Leila Abraham Loria deixou recentemente o Conselho de Administração da Copel*. Prestem atenção. Seu filho, que foi citado, Daniel Abraham Loria, já não trabalhava na Stocche Forbes Advogados quando o escritório foi contratado pela Copel. E vejam a informação, como não temos nada contra a Oposição! Hoje é Diretor de Programas da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, do Ministro Haddad. Expliquem! Expliquem! Então, gente, vou voltar a este tema, com todo o respeito. Senhores Deputados e Deputadas, podem ficar seguros, o tema da Copel está sendo tratado com muito respeito. Não estava aqui na época, os Deputados capitaneados pelo Marcel Micheletto, que era Líder, fez um belo trabalho na época, votaram com toda a segurança. Não se trata de privatização, é uma incorporação que vai ser benéfica ao futuro da empresa. Podem ficar seguros! O tema foi conduzido com muita seriedade aqui nesta Casa e com muita honestidade. Senhor Presidente, sou pai, sou avô, tenho os meus netos, o mais velho com 18, o segundo com 16, o terceiro com 8, e mais uma neta com oito meses. Quando vi aquela foto que a Deputada Cloara colocou no grupo, chorei. Sem demagogia nenhuma. É triste! Imaginem para um pai e para uma mãe! Fico imaginando, não consigo imaginar suportar uma dor como essa, da maneira como ocorreu esse fato. Segundo relatos que recebemos, a família afirmou à polícia que o rapaz é esquizofrênico, toma remédios e que cometeu esse ato. Imediatamente, tão logo ele efetuou o segundo disparo, foi contido na escola por técnicas que aprenderam durante o processo de ensinamento da Educação e da Segurança Pública, o botão do pânico foi acionado e em três minutos a polícia estava lá. Mas agora, gente, depois que aconteceu, dá para falar o que quiser! Dá para falar que não tinha muro, dá para falar que não tinha isso, dá para falar que não tinha aquilo, dá para falar tudo! Tudo. Só não vi ênfase para falar ainda, algumas vozes mais dissonantes, na influência das redes sociais na vida dos alunos. Alguém está cuidando disso? Dos jogos: mata aqui, mata ali. Não sei se é esse o caso! O Deputado Requião falou agora e concordo com ele: País de primeiro mundo, como os Estados Unidos, investe bilhões em segurança pública para conter esses atos e é impossível, praticamente impossível. Não estou aqui justificando nada, gente.

Nada, nada, nada! Todos nós..., o Governador decretou luto por três dias, os Secretários estão lá. Óbvio que vamos ter uma onda aí difícil nesses próximos meses. O Presidente da CCJ, Deputado Tiago Amaral, já solicitou a todos os colegas aqui, vamos nos reunir junto com aquela comissão do Governo, vamos levar com muita urgência para que os Projetos não tenham vício de origem e possam voltar de lá do Palácio, para que eles sejam aprovados. O senhor tem a minha garantia, Deputado Tiago Amaral, demais Deputados que compõem a CCJ e esta Casa, que vamos agir com muito rigor. Agora, veja, gente, como é difícil! Estava lembrando-me de um episódio que foi em Santa Catarina, onde um hospital foi atacado. Não estamos livres, gente, em qualquer lugar uma pessoa desequilibrada pode cometer um ato dessa natureza. Ninguém aqui está livre disso. Então, quero neste momento dizer que é um momento de muita tristeza. De fato o Governo, em parceria com o Governo Federal, investiu R\$ 20 milhões. Essa escola especificamente, para lá foram destinados R\$ 12 mil. Mas pelo visto precisamos fazer mais, todos nós, a sociedade de um modo geral precisa fazer mais. Então, alguém comentava assim: *Mas, olha, vamos deixar a polícia até o final do ano, até o ano que vem lá.* Ah, outros já dizem assim: *Mas escutem, as nossas escolas vão virar um presídio?* Então, é uma discussão extremamente difícil. Deputada Ana Júlia, concordo com V.Ex.^a, não tem solução fácil para isso. Temos uma parte da sociedade que está doente, está mesmo. Não dá para negarmos, infelizmente. Você passa por alguns lugares e vê aquelas pessoas transtornadas com as redes sociais e não olham para você. Você passa em uma rua, as pessoas atravessando a rua, estão lá e não estão olhando. Não estão olhando. Não quero falar uma cidade, teve uma cidade aqui próxima, um menino que morreu com 16 anos, com o celular na mão. Então, assim, temos vários problemas que temos que avançar. Concordo com os senhores, concordo com o Deputado Denian. Vamos agir. Esta Assembleia vai agir, Sr. Presidente. Vamos fazer o seguinte, já pedi para o Deputado Tiago, para os demais colegas: Vamos compilar todos estes Projetos aqui e vamos fazer o mais rápido possível, para que esse ordenamento, para aqueles que possam incorrer em alguma possibilidade de constitucionalidade por vício de origem, possamos trazer do Palácio para cá.

Deputada Mara pediu antes, desculpe, aqui, Deputado. Por favor, Deputada. Tenho dois minutinhos, se puder, tem mais um que pediu.

Deputada Cantora Mara Lima (REP): Obrigada, Deputado. Temos um Projeto de Lei similar aqui - somos em 10 Deputados -, que foi acoplado ao meu Projeto de Lei de 2019, que exatamente trata deste assunto. Gostaria que o senhor olhasse com muito cuidado este Projeto e dos demais Deputados que vieram juntos, na similitude.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Deputado, se puder ser bem rápido. Vou pedir para que a senhora passe para a minha assessoria, Deputada, para a Dr.^a Izabel.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Hussein, o senhor tem razão quando fala desse problema da Internet. Agora, um problema grave nas escolas, que a Esquerda deixa de falar, são essas malditas ideologias que eles ficam implantando em alunos. Esses professores ligados à APP-Sindicado, que ficam fazendo a ideologia de gênero e partidária, gerando divisão e ódio nas escolas. A organização do PT que segmentou a sociedade, arrumando uma guerra de pretos e brancos, rico e pobre, empregado e patrão, homo e hétero, foram eles que dividiram. Eles geraram o ódio na sociedade, e hoje querem dar de bonzinhos e resolver o problema que eles causaram à sociedade. Eles foram os culpados. Então, temos que parar com essas ideologias nefastas que tem em escola e fora de escola. É isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, então, para finalizar. Quero entrar em ação nesse aspecto. O que puder fazer, vou fazer, como Líder do Governo. Vocês podem contar com o nosso apoio na Liderança. Evidentemente, o Secretário da Educação, que está lá, o Secretário de Segurança Pública está lá e tudo o que puder ser feito será feito para minimizar essa questão e o sofrimento das famílias. Aos Deputados que representam essa região, força. Transmitam para todos lá. Uma boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Bührer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (51 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 inc. IV do § 3º do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Delegado Jacovós (PL), e Nelson Justus (UNIÃO) (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 490/2023**, do Deputado Thiago Bührer, que concede o título de utilidade pública à Acadas – Associação

Cultural Anti-Drogas de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul; **Autuado sob o n.º 491/2023**, do Deputado Cobra Repórter, que isenta o pagamento de taxas do Departamento de Trânsito do Paraná – Detran-PR, para a aquisição da primeira inclusão da observação de exercício de atividade remunerada na carteira nacional de habilitação – CNH, objetivando combater o desemprego e fomentar a economia paranaense, na forma que especifica; **Autuado sob o n.º 492/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná da Expofazenda; **Autuado sob o n.º 493/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Rota Turística Moto Pioneira do Paraná; **Autuado sob o n.º 494/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Política Estadual de Valorização das Mulheres na área de segurança pública; **Autuado sob o n.º 495/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pais e Amigos da Ginástica, com sede no município de Cornélio Procópio; **Autuado sob o n.º 496/2023**, do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Antonio Karan, in memorian; **Autuado sob o n.º 497/2023**, do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Roberto Soares Silvado; **Autuado sob o n.º 498/2023**, do Deputado Fabio Oliveira, que altera a Lei n.º 20.436/2020, que dispõe sobre a Lei Estadual de Liberdade Econômica e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 499/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que proíbe a exposição da criança e do adolescente a atos ou espetáculos com abordagem erótica; **Autuado sob o n.º 500/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha de Conscientização sobre a Leishmaniose Víceral Canina no Paraná; **Autuado sob o n.º 501/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que proíbe a participação de crianças e adolescentes menores de 18 anos nas paradas de orgulho LGBTQIA+, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 502/2023**, da Deputada Maria Victória, que institui a Política Estadual para Diagnóstico Precoce e Tratamento da Dermatite Atópica na rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas no Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais na Ordem do dia.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 281/2022, de autoria Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui a semana de conscientização sobre os cuidados paliativos, a ser celebrada anualmente na segunda semana do mês de outubro.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 111/2023, de autoria Deputado Delegado Jacovós, que institui o dia do secretário de segurança pública, a ser realizado anualmente em 21 de fevereiro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 84/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui a semana estadual de incentivo à reabilitação visual.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 152/2023, de autoria dos Deputados Bazana e Tiago Amaral, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Paulo Hermínio Pennacchi.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 5 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 234/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Delegado Jacovós, que institui a Semana Estadual da Maternidade e Paternidade Atípica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno Emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Presidente, quero fazer o registro de voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Deputada Maria Victoria, o seu voto, Marli Paulino, Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Luis Corti, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Ricardo Arruda (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 234/2023. Deputado Corti, registra “sim” o seu voto. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Luís Corti. Está aprovada a Emenda.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 628/2017, de autoria dos Deputados Requião Filho, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Mabel Canto e Maria Victoria (anexo os Projetos n.ºs 276/2019, 89/2020 e 338/2021), que estabelece que hospitais e maternidades, no âmbito do Estado do Paraná, ofereçam aos pais e ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, este Projeto de Lei que estamos votando teve três outros Projetos anexados, entre eles um do qual sou coautora. No ano passado fizemos a movimentação da tramitação desse Projeto, porque só em Ponta Grossa, no ano passado, em um único mês, quatro bebês, quatro crianças haviam entrado em óbito justamente por asfixia. Entendemos que a orientação desta manobra, a Manobra de Heimlich, é importante e deve ser dada ainda na maternidade, no hospital, para a parturiente ou para alguém a quem ela indique, porque realmente pode salvar a vida daquela criança, a vida daquele bebê. Infelizmente, hoje, Deputado Hussein - para você ver a importância do Projeto -, em Ponta Grossa, um bebê de dois meses faleceu vítima de asfixia do leite materno. A família, infelizmente, não sabia fazer a manobra e ele acabou vindo a óbito. Então, este é um Projeto que tem vários autores, o Deputado Requião, o Deputado Arilson, os Ex-Deputados Jonas Guimarães, Coronel Lee, Homero Marchese, a Deputada Maria Victoria e a minha autoria. Então, quero pedir aos Deputados que votem “sim”, para que possamos, através desta conscientização, deste treinamento para as nossas parturientes e para os familiares, evitar esses acidentes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, não falei que o dia hoje é da salada mista? Olha aqui: Requião, Arilson, Coronel Lee... E vou parar aqui com os autores.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A sua vontade reprimida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está uma mistura importante aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Gente, o voto é “sim”. Brincadeiras à parte, respeitamos muito o Projeto, os autores. O voto é “sim”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Enquanto os nossos amigos Parlamentares votam, só para fazer um registro. O Ex-Ministro das Cidades do Governo Bolsonaro, João Roma, prestou socorro na semana passada e salvou uma idosa que se engasgou em um restaurante em Salvador, na Bahia. Ele fez a manobra nessa senhora que estava engasgada, inclusive tem vídeos aí na internet, e conseguiu salvar essa senhora. Nós temos um Projeto que tramita também na CCJ para que seja colocado isso nos restaurantes, pessoas capacitadas para fazer esse tipo de manobra, porque é muito importante para salvar pessoas. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Fábio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Moacyr

*Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Reichembach (10 deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.***

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 57/2023, de autoria dos Deputados Evandro Araujo e Tercílio Turini, que institui o cordão de girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoa com deficiência oculta no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, uma questão de ordem, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Questão de ordem.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Apenas comunicando ao Plenário o falecimento do grande empresário Alceu Vezozzo, que foi o fundador dos Hotéis Bourbon e Resorts, também um trabalho grandioso na área social, o Instituto Bourbon de Responsabilidade Socioambiental de Cambará. Ficam aqui minhas condolências a toda a família, amigos, funcionários desse grande grupo de hotéis do nosso Estado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Realmente um grande empreendedor, Alceu Vezozzo, nosso amigo, era nosso amigo pessoal também. Sentimentos à família.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não sabia da notícia, mas também quero me associar aos votos de pesar pelo falecimento do Dr. Alceu Vezozzo. Conheço-o praticamente desde criança e é uma pessoa extraordinária, um grande empreendedor, além de ser uma pessoa com uma visão extremamente solidária em relação à sociedade, uma pessoa contemporânea. Meus sentimentos à família.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Denian, Fábio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Reichembach (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 57/2023.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 98/2023, de autoria do Deputado Requião Filho, que institui o dia Odelair Rodrigues e da mulher negra do teatro paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 27 de janeiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É um Projeto meritório. Nossa voto é “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, aproveito para encaminhar o pedido de voto “sim” e digo que, ao que tudo indica, conseguimos um espaço aqui no Espaço Cultural da Assembleia, na agenda do Espaço Cultural para trazermos a exposição de Odelair Rodrigues aqui para dentro da Assembleia. Então, de antemão, assim que confirmadas as datas, convido todos os Deputados para conhecer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Mabel Canto, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Reichembach (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 98/2023.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 262/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 15.176, de 22 de junho de 2006, que denomina a Rodovia PR-512 de Rodovia da Maçã. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara

Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas e Requião Filho (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 262/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1334/2023, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística acerca das obras de manutenção e duplicação da rodovia PR-151, trecho entre os municípios de Ponta Grossa e Palmeira.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de Expediente. Agradeço à Deputada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, **será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 1327/2023, do Deputado Tiago Amaral, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 68/2023 ao Projeto de Lei n.º 487/2018, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**

o **Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1316/2023, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Secretário Estadual da Administração e da Previdência - Seap, requerendo a implantação de um núcleo de perícia médica no município de Laranjeiras do Sul; **Requerimento n.º 1317/2023**, da Deputada Cloara Pinheiro, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a criação do Programa Acolher, em auxílio às mulheres vítimas sobreviventes de tentativa de feminicídio; **Requerimento n.º 1318/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa ao Sr. Silvio Luis Ribeiro, por seu aniversário; **Requerimento n.º 1319/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa pela celebração dos 40 anos do Jornal Bem Paraná; **Requerimento n.º 1320/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos policiais integrantes do Centro de Operações Especiais – Cope, relacionados, pelos brilhantes serviços prestados no combate ao crime organizado, enfrentamento ao crime violento e proteção à população paranaense; **Requerimento n.º 1321/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações para o Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, alusivos aos 89 anos de fundação do Crea-PR; **Requerimento n.º 1332/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro de menção honrosa aos 50 anos de Ministério do casal Pastor Ronaldo Tavares e Denise Tavares, na Comunidade Evangélica El Shadai; **Requerimento n.º 1333/2023**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, requerendo informações quanto às políticas públicas em prol da Lei n.º 16.454, de 22 de fevereiro de 2010; **Requerimento n.º 1335/2023**, do Deputado Luiz Cláudio

Romanelli, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e Gerente-Geral do DER/PR Regional Londrina, Sr. Marco Aurélio Gataz Sguario, requerendo empenho e providências administrativas na implantação da terceira faixa na PR-090, Km 344 ao 342, bem como a reconstituição da estrada do trevo de Pau - d'Alho do Sul, no município de Assaí.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.^º 1326/2023, dos Deputados Reichembach e Fábio Oliveira, Coordenador da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná, solicitando a inscrição do Deputado Fábio Oliveira na Frente Parlamentar constituída pelo Ato do Presidente n.^º 2/2023; **Requerimento n.^º 1329/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o arquivamento de quatorze Projetos de Lei protocolados no ano de 2021, que estão tramitando e são de sua autoria: 27/2021, 28/2021, 42/2021, 50/2021, 58/2021, 79/2021, 100/2021, 102/2021, 136/2021, 166/2021, 203/2021, 204/2021, 251/2021 e 274/2021.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.^º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.^º 1323/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de junho de 2023; **Requerimento n.^º 1324/2023**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de junho de 2023; **Requerimento n.^º 1330/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5 a 7 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.^º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.^º**

1325/2023, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de junho de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1328/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de junho de 2023; **Requerimento n.º 1331/2023**, do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de junho de 2023.

Requerimento retirado pelo autor.

Requerimento n.º 1322/2023, do Deputado Tiago Amaral, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 300/2023 ao Projeto de Lei n.º 52/2020, por tratarem de matérias correlatas. **Retirado pelo autor.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 20 de junho de 2023, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 628/2017; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 57/2023, 98/2023 e 262/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 340/2021 e 290/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)